

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CNM

JULIANA NEVES BORTOLUZZI

AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE CHINA E ÁFRICA
NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

FLORIANÓPOLIS
2013

Juliana Neves Bortoluzzi

**AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE CHINA E ÁFRICA
NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Monografia submetida ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Profº Dr. Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis
2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 à aluna Juliana Neves Bortoluzzi na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr Helton Ricardo Ouriques

Profa. Carmen Rosário O. G. Gelinski

Profa. Patricia Fonseca Ferreira Arienti

Dedico aos meus pais, Gerson e Sônia.

“Todos os males que acometem a África hoje, assim como todas as venturas que aí se revelam, resultam de inumeráveis forças impulsionadas pela história” (Ki-Zerbo, 2010, 33).

“Quando a China despertar, o mundo tremerá” (Napoleão)

“Por que me queres bem? Ainda não te dei nada.” (Confúcio)

RESUMO

BORTOLUZZI, Juliana Neves. As relações econômicas entre China e África no início do século XXI. Florianópolis, 2013. 69f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócioeconômico.

O objetivo deste trabalho é discutir as relações econômicas entre a China, enquanto potência econômica ascendente, e a África, inseridas em um contexto de reordenamento do sistema econômico mundial. A ascensão da China faz parte de uma longa trajetória de inserção do país no sistema de economia de mercado, e que ganhou um forte impulso com as reformas promovidas no final dos anos 1970. As transformações criaram condições internas e externas para que a China não só se projetasse internacionalmente, mas também se transformasse em polo regional dinâmico da Ásia, região que está assumindo posição central na transição do sistema mundial. As altas taxas de crescimento verificadas desde as reformas, fizeram com que a China precisasse buscar insumos e energia além de suas fronteiras, como outras potências na mesma situação. A intensa competição entre as grandes potências por recursos energéticos (petróleo, gás natural, minérios) cada vez mais escassos, trouxe a África para o centro de uma corrida entre nações que buscam aumentar sua presença no continente africano em forma de investimentos, parcerias, acordos comerciais e diplomáticos. Nesse contexto, as críticas em torno da disputa por influência no continente têm suscitado polêmicas acerca de uma nova ‘partilha da África’ e se a presença da China no continente africano pode ser considerada como um a nova forma de imperialismo.

Palavras-chave: China. África. recursos energéticos. parceria estratégica.

ABSTRACT

BORTOLUZZI, Juliana Neves. As relações econômicas entre China e África no início do século XXI. Florianópolis, 2013. 69f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócioeconômico.

The purpose of this work is to discuss the economic relations between China and Africa in the beginning of the 21st century, within a wider context of rearrangement of the world economic system, through the ascension of China as an economic power in a new settling of productive and political forces in the international field. The ascension of China is part of a long path of the country's incorporation to the market economy system, which was stimulated by the reforms promoted in the end of the 70's. The changes created domestic and external conditions for China to project itself internationally and also to become a dynamic centre in Asia, a region that is taking over the leading position of the world system transition in course. The high levels of economic growth achieved since the reforms, have compelled China to search for supplies and energy beyond its borders, like other nations in the same situation. The intense competition between great powers for energy resources (oil, natural gas, minerals) has brought Africa to the middle of a race in which nations seek to enhance their presence in the African continent through investments, partnerships, commercial and diplomatic deals. In this context, criticism surrounding the dispute for influence on the continent has originated controversy about a new 'scramble for Africa' and if the presence of China in the African continent can be considered as a new form of imperialism.

Keywords: China. Africa. energy resources. strategic partnership.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Figura 1 Mapa Geográfico da África.....	18
Figura 2 Mapa Político da África.....	18
Figura 3 A África em 1880, às vésperas da partilha e da conquista.....	21
Figura 4 Mapa Político da China.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Importações chinesas por países de origem	42
Tabela 2 Comparação entre os maiores produtores de petróleo.....	53
Tabela 3 Exportações de petróleo de Angola para a China	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ASEAN** Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia
- BID** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD** Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- CNOOC** *China National Off shore Oil Company*
- CSA** Ciclos Sistêmicos de Acumulação
- EPSM** Economia Política dos Sistemas-Mundo
- EUA** Estados Unidos da América
- FMI** Fundo Monetário Internacional
- FOCAC** Fórum de Cooperação China-África
- GATT** *General Agreement on Tariffs and Trade*
- IDE** Investimento Direto Estrangeiro
- INTEC** Intensidade Tecnológica
- MOFCOM** Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China
- NIC** Novos Países Industrializados
- OMC** Organização Mundial do Comércio
- OMS** Organização Mundial da Saúde
- ONU** Organização das Nações Unidas
- OUA** Organização da Unidade Africana
- PCC** Partido Comunista da China
- PECh** Política Externa Chinesa
- RPC** República Popular da China
- TVEs** *Townships and Villages Enterprises*
- UE** União Europeia
- Unicef** Fundo das Nações Unidas para a Infância
- URSS** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- ZEEs** Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Tema e Problema	11
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Metodologia	14
1.4 Referencial Teórico	15
1.5 Estrutura do Trabalho	16
2 A SITUAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA ÁFRICA	17
2.1 Do colonialismo aos processos de libertação nacional	20
2.2 A conjuntura africana a partir dos anos 1970	29
2.3 A África nos anos 2000: novas geopolíticas	31
3 A ASCENSÃO CHINESA: TRAJETÓRIA A PARTIR DE 1980	34
3.1 As reformas dos anos 1980	35
3.2 Anos 1990: crescimento com base nas exportações	41
3.3 Anos 2000: ator internacional, investidor externo	45
4 UM PANORAMA SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E ÁFRICA	50
5 CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, foi celebrada pela comunidade internacional como uma forma de triunfo da economia de mercado, e consolidou a abertura econômica do país de maior população do mundo, que, até pouco tempo, ainda se encontrava isolado. Para tanto, foram necessários anos de reformas liberais e negociações com os principais parceiros internacionais, Estados Unidos, e União Europeia, com os quais teve que fechar acordos prévios sobre as modalidades concretas de mútua abertura das economias.

O acontecimento, com certeza, é histórico, pois confere um caráter mais amplo à controvertida “globalização da economia” e dará à China um papel de destaque no século XXI, maior ainda do que se tivesse ficado à margem da OMC. O comércio mundial e a divisão internacional do trabalho ganharam uma injeção de ânimo com a inclusão de pleno direito da China, que trouxe novo otimismo aos projetos de um multilateralismo renovado (SUKUP, 2002).

Dado seu peso demográfico, constituído por um quinto da população da terra, e agora também econômico e político, com uma economia e um comércio exterior já equiparados aos do Japão, não há dúvida de que a China será um ator importante no cenário mundial deste século. Para os demais países do mundo, isso representa, ao mesmo tempo, uma considerável ameaça de concorrência, e um fator de dinamização das possibilidades de expansão do “maior mercado do mundo”.

Após a crise financeira de 2008, a China tem buscado menor dependência econômica com relação às exportações. Isso significa dar mais importância ao mercado interno, o que pressupõe acelerar o processo de urbanização dos 750 milhões de chineses que ainda vivem no campo (ONAGA, 2010). Para a economia, isso reflete não só na necessidade de suprir uma população enorme, mas também na iminência de erguer metrópoles literalmente do chão, o que reforça a velocidade com que a China vem se projetando mundo afora, oferecendo investimentos em infraestrutura em troca de abastecimento a longo prazo.

Após três décadas de forte crescimento econômico, aliado à rápida urbanização e a mudanças nos padrões de consumo, a China precisou repensar suas necessidades de abastecimento interno e suas relações com outros países. Além de juntar-se a potências econômicas já consolidadas, tais como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão, tornou-se um grande competidor por petróleo e outras matérias-primas. Com a crescente necessidade de matérias-primas, as empresas chinesas - em sua maioria estatais - passaram a correr o mundo atrás de contratos de exploração e fornecimento com Estados produtores; como a Bolívia, com o ouro, o Equador, com o petróleo, a Austrália, com o gás natural, e as Filipinas, com carvão, lançando mão de artifícios diversos, como a oferta de crédito a longo prazo, o cancelamento de dívidas, o oferecimento de ajuda humanitária e investimentos em infraestrutura. Dentro deste cenário, a inserção da China na África, continente rico em matérias-primas, tornou-se uma extensão natural, segundo Alves (2010).

Contudo, de acordo com Antunes (2008), o avanço dos chineses em solo africano tem provocado críticas ferozes no Ocidente. Boa parte delas são reclamações de rivais incomodados com a presença de um novo concorrente em um mercado com grande potencial de expansão. Especialistas se preocupam com a intenção declarada dos chineses de produzir na África boa parte do sustento de sua população e também matéria-prima para sustentar o crescimento de sua indústria, mas às custas dos recursos naturais necessários ao sustento dos próprios africanos. Fora as queixas de natureza comercial, a acusação mais comum é que o governo de Pequim suga os recursos naturais de países pobres da região, e negocia indistintamente com todos os governos, pouco se importando se eles patrocina atrocidades ou estão afundados na lama de corrupção (ANTUNES, 2008). Outra polêmica é o estilo predatório de capitalismo da China. Um dos objetivos do governo chinês também consiste em abrir novas fronteiras de consumo para as empresas chinesas. A chegada de algumas delas, com seus produtos a preços baixíssimos, aniquilou boa parte das indústrias locais, como no caso do Quênia e Suazilândia com a indústria têxtil e calçadista, e, no caso da Nigéria, com o setor de plásticos. Na questão ambiental, os ecologistas têm levantado alertas aos estragos que os chineses podem causar à África, um paraíso da biodiversidade, se reproduzirem por lá os mesmos métodos predatórios utilizados em seu país de origem, ou seja, promovendo o “progresso” às custas da poluição do meio ambiente e do esgotamento dos recursos não renováveis numa velocidade enorme.

A partir das informações apresentadas, pode-se supor que a China faz da África uma região estratégica em sua busca por mercado e por recursos naturais abundantes. Buscar-se-á

neste trabalho delinear o perfil da relação entre a China e o continente africano, para poder inferir a existência ou inexistência de um chamado novo colonialismo.

1.2 Objetivos

O desenvolvimento desta monografia tem como propósito o aprofundamento teórico do tema supracitado, cuja relevância se reflete na crescente atuação da China no cenário econômico internacional. Seguindo a argumentação de Giovanni Arrighi (1996), em “Adam Smith em Pequim”, pretende-se elucidar sobre a relação entre a expansão dos negócios chineses no continente africano como uma possível estratégia de longo prazo dos governantes chineses para transformar a China na principal potência do Século XXI; mas, principalmente, verificar a existência ou inexistência de padrões de exploração, no sentido de contribuir para os estudos de economia internacional.

A escolha do tema deve-se à sua relevância na atualidade, visto que é possível verificar uma evolução significativa nas relações entre a China e a África no período recente, e tais relações têm gerado especulações acerca de possíveis implicações no cenário mundial. Além disso, é um bom exemplo do desenvolvimento das chamadas relações Sul - Sul¹ que adquiriram uma importância crescente na primeira década de 2000, tendência que se acentuou na sequência da crise global.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as relações econômicas entre a China e a África, do ponto de vista da nova ordem mundial, identificando a existência ou não de padrões colonialistas de exploração do continente africano pelos chineses.

¹ A expressão “Sul”, segundo Moraes (2011), denomina um conjunto coletivo de países em desenvolvimento por oposição ao termo “Norte”, conferido aos países desenvolvidos que partilham conformidades ao nível de vulnerabilidades e desafios.

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de atingir o objetivo geral, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar brevemente a história do desenvolvimento econômico da China e da África, antes do início do processo de globalização;
- Elucidar como as relações econômicas entre a China e África estão estruturadas política e financeiramente e como afetam o contexto internacional neste início de Século XXI; e,
- Constatar se a inserção da China na África pode ou não ser considerada um novo colonialismo.

1.3 Metodologia

A metodologia adotada para realização desta monografia consiste, do ponto de vista de seus procedimentos técnicos, na revisão da literatura associada à contextualização política e histórica da China e da África, e está fundamentada em informações e dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica em livros e periódicos especializados, a partir dos quais se buscou o embasamento necessário ao desenvolvimento do tema. De acordo com Silva e Menezes (2005), do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa que se propõe configura-se como qualitativa, pois envolve a interpretação de fenômenos e atribuição de significado, bem como deverá ser analisada indutivamente; do ponto de vista dos seus objetivos, classifica-se como exploratória, devido a proporcionar familiaridade com o tema com fins de construir hipóteses, ainda podendo ser classificada na modalidade vertical, pois não se trata de uma análise pontual, e sim considera rever historicamente os contornos do problema para poder tirar conclusões precisas.

A primeira fase deste trabalho consistiu em uma coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, que durou dos dias 06/07/2010 até 30/01/2013. Nesta fase, buscou-se informações estatísticas em páginas eletrônicas de organismos internacionais, como FMI, BID e BIRD, com fins de permitir a compreensão das relações econômicas internacionais entre China e África e proporcionar um balanço histórico do desenvolvimento econômico e social das entidades em questão. A escolha destes organismos internacionais se deve à credibilidade que estes transmitem, dadas as suas autoridades. A argumentação também está

sustentada na teoria do economista Giovanni Arrighi, sobre a qual será comentada no item “1.4 Referencial Teórico”. A tabulação dos dados se deu sob a forma de fichamentos a respeito das leituras feitas, simultaneamente à criação de um escopo para o trabalho em um editor de texto convencional. A fase redacional e de diagramação da monografia teve início em 26/07/2013 e término em 31/01/2013, e consistiu na elaboração deste trabalho em conformidade com as formalidades requeridas pela Academia.

1.4 Referencial Teórico

Escolheu-se como referência para atingir os objetivos propostos neste trabalho, o modelo de análise dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA), proposto por Giovanni Arrighi (1996) em sua obra “O Longo Século XX”.

Arrighi (1996) define o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação como ciclos de ascensão e queda de hegemonias políticas e dos respectivos regimes de acumulação de capital e poder que lhes são subjacentes, intercalados por períodos de transição. O mesmo autor, em suas análises históricas, demonstra que as hegemonias têm uma duração temporal restrita. Seu surgimento é geralmente precedido por guerras mundiais, e seu declínio está frequentemente ligado ao aumento da luta de classes interna, à perda de suas vantagens técnicas pela difusão (imitação) e, por fim, ao aumento da rivalidade entre as potências centrais e a uma disputa pela hegemonia. Há historicamente, portanto, um processo cíclico de transição de hegemonias.

Arrighi (1996) oferece uma comparação detalhada das últimas três décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI com períodos anteriores de crises hegemônicas (ciclos): O primeiro ciclo é o genovês e abrange o longo século XVI, isto é, de cerca de 1450 a 1630. O segundo ciclo é o holandês, aproximadamente de 1630 a 1780. O terceiro ciclo é o britânico, abrangendo o período de 1780 e 1930. O quarto ciclo é o norte-americano, com os Estados Unidos como potência hegemônica e tendo como primeira fase o período de 1930-45 até a década de 1970. O autor identifica, na década de 70, o primeiro sinal de crise do ciclo norte-americano, o que indicaria que, a partir daí o capitalismo mundial orientado pela hegemonia norte-americana estaria na sua fase de declínio. A partir de uma análise mais aprofundada do que é importante em cada uma das hegemonias anteriores, ele também infere o que se repetiu, com que grau de importância e com que ordem de abrangência, para, então, explicar as peculiaridades da hegemonia americana, iniciada no final da Segunda Guerra Mundial.

Tal análise contribuirá ainda para sustentar a hipótese lançada por Arrighi (1996), em seu livro “Adam Smith em Pequim”, de que a China pode vir a se tornar uma nova hegemonia no sistema-mundo capitalista, sucedendo os Estados Unidos, considerados por este autor e por Immanuel Wallerstein (2001) como uma potência em declínio.

Conforme aponta Costa (2010, n. p.), em seu artigo *Ascensão e Queda das Grandes Potências*

Até a metade do milênio anterior, a China era tecnologicamente mais avançada que a Europa, com agricultura mais eficiente, e a classe dos mandarins não tinha rivais em seu profissionalismo. Mesmo depois que o Ocidente a superou, econômica e tecnologicamente, entre os séculos XVI e XVIII, a economia da China ainda era a maior do mundo, quando a revolução industrial inglesa começou.

Dentro dessa perspectiva, de acordo com essa visão histórica, a China está simplesmente retornando a um posto já alcançado no passado.

1.5 Estrutura do Trabalho

Esta monografia está estruturada em cinco partes. A primeira delas, Introdução, apresenta o leitor ao tema e ao problema que deverão ser discutidos ao longo do trabalho, aos objetivos geral e específicos, à metodologia e ao referencial teórico utilizados, bem como à estrutura do trabalho. A segunda parte caracteriza a situação contemporânea na África, por meio da contextualização histórica dos eventos que trouxeram o continente africano ao atual patamar de desenvolvimento econômico, bem como explora sua participação no cenário geopolítico da nova ordem mundial que se forma. A terceira parte se ocupa do delineamento da trajetória chinesa desde a década de 1980, com o início das reformas responsáveis pela abertura comercial e conseqüente reformulação das políticas econômicas que reposicionaram a China no contexto internacional. Na parte de número 4, discute-se a respeito do relacionamento entre a China e a África, objetivando demonstrar o aprofundamento da parceria econômica verificada no período recente à luz da teoria de Giovanni Arrighi e no sentido de responder às expectativas criadas na introdução deste. A quinta e última parte condensa aspectos relevantes apresentados nos capítulos anteriores para apresentar conclusão em torno do objetivo geral deste trabalho.

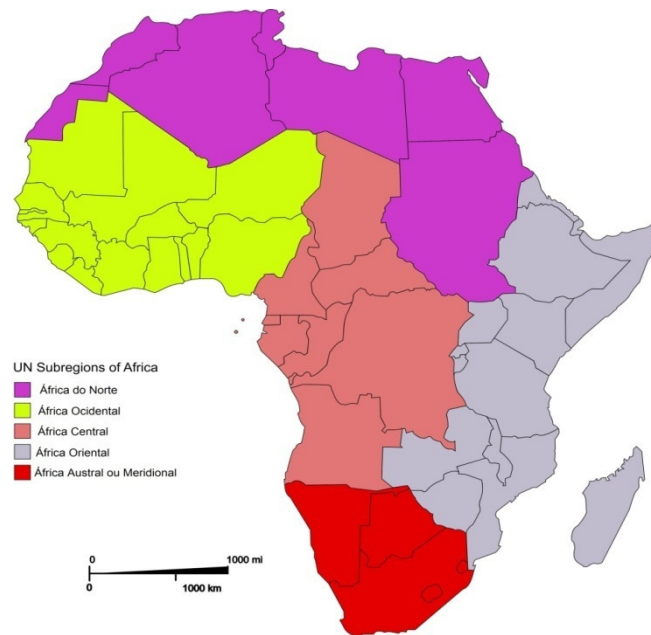
2 A SITUAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA ÁFRICA

Segundo Wedderburn (2005), a África é o terceiro maior continente em extensão territorial (depois da Ásia e das Américas), com cerca de trinta milhões de quilômetros quadrados, ocupando cerca de 22 % da superfície terrestre total do planeta. É o segundo continente mais populoso do mundo (o primeiro é a Ásia), contando com mais de 1 bilhão de pessoas em 2010, segundo a OCDE (2011), distribuídas em 54 países, sendo 48 continentais e 6 insulares.

A extensão territorial de todo o continente africano ocupa quase 72 graus de latitude de Ras ben Sakka (37°21'N, perto de Bizerta, Tunísia) ao Cabo das Agulhas (34°51'S), sendo que cerca de 8 mil quilômetros separam essas duas extremidades do continente, enquanto que, no sentido longitudinal, são 7,5 mil quilômetros entre o Cabo Verde e o Cabo Guardafui. A maior parte do continente africano fica localizada acima da linha do Equador, de modo que o bloco setentrional cobre os 2/3 do continente, que se estreita no hemisfério sul (KI-ZERBO, 2010, p.349). O mapa geográfico do continente africano (figura 1) divide a África em cinco sub-regiões: a África do Norte, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Austral ou Meridional. Tal divisão foi adotada pela ONU para fins estatísticos.

Embora o continente africano seja o segundo maior em extensão territorial, é considerado possuidor da área mais pobre do planeta em termos econômicos e sociais: 25 de seus 54 países foram classificados pela ONU como os que têm o mais baixo nível de vida entre as nações do mundo. Utilizando o valor de US\$ 1,25 ao dia como referência para definir a linha de pobreza, os últimos dados disponíveis, datados de 2005, demonstram que 51% da população do continente estava vivendo no limiar da pobreza. Contudo, com a crise financeira que desestabilizou as economias em 2008, afetando particularmente os países já economicamente fragilizados, estima-se que o número de pobres na África possa ter aumentado em mais de 90 milhões entre 2009 e 2010 (OCDE, 2011).

Figura 1- Mapa geográfico da África



Fonte: Hose manufacturers (2012, n.p.)

O mapa político da África divide o continente em duas porções: a África do Norte e a África Subsaariana.

Figura 2 – Mapa político da África



Fonte: Geografia hoje (2009, n.p.)

O isolamento geográfico das populações do interior foi, sem dúvida, reforçado pela natureza maciça do continente e seu relevo pesado, que fez com que o continente ficasse fora da rota do comércio internacional por séculos. Todavia, o isolamento nunca foi completo devido ao ponto de contato entre a Ásia e a África do Norte, o Istmo de Suez, que também foi corredor de passagem privilegiado das grandes migrações pré-históricas (KI-ZERBO, 2010).

A maior parte da linha costeira africana é banhada pelos oceanos Atlântico e Índico. Pelo Oceano Atlântico, após o século XV, tiveram início as grandes expedições marítimas europeias com a navegação à vela pelos navegadores e comerciantes árabes, que desbravaram as costas do Saara. Já o Oceano Índico sempre favoreceu o contato entre a África Oriental e o sul da Ásia, fortalecendo o comércio. As intensas relações estabelecidas entre os navegadores asiáticos e a África oriental limitaram-se às regiões costeiras, pois “aos povos navegadores da Ásia interessava mais fazer comércio do que colonizar o interior” (KI-ZERBO, 2010, p.351).

Costas rochosas, recifes de corais, a hostilidade do mar no litoral africano e a ausência de portos naturais são apontados como justificativas para o isolamento da África. Todavia, tais obstáculos nunca foram intransponíveis, uma vez que é possível verificar que os povos africanos sofreram influência da cultura asiática e, posteriormente, europeia, provando que seu isolamento foi apenas relativo.

Vastas regiões no coração do continente, a uma distância de mais de 1,5 mil Km do mar, permaneceram por muito tempo à margem das grandes correntes de circulação, fazendo com que os intercâmbios de todo tipo entre as diversas civilizações fossem prejudicados, mas não interrompidos (KI-ZERBO, 2010, p.364).

Quanto aos aspectos econômicos, Ki-Zerbo (2010) escreve que a geografia contemporânea da África revela um continente ainda rico em recursos naturais, como na Pré-História. Vastas zonas da África situam-se sobre massas rochosas classificadas como as mais antigas do planeta, algumas altamente mineralizadas. Destacam-se entre elas as maiores jazidas de cobre do mundo (no Zaire), algumas das mais ricas jazidas de rádio e cobalto, além de platina, cromo, amianto, estanho, ouro e diamantes. Apesar da quase inexistência de carvão no continente, no Saara e no litoral da África Ocidental é possível encontrar vastos lençóis de petróleo e gás natural. Segundo Ki-Zerbo (2010), a riqueza de minérios do solo africano contribuiu em grande parte para sustentar a organização e a exploração humanas durante um longo período da história. Seu passado colonial recente contribuiu, no entanto, para criar uma situação em que grande parte dessa riqueza foi largamente explorada e exportada como matéria-prima para atender à demanda de outras sociedades.

2.1 Do colonialismo aos processos de libertação nacional

O processo de conquista imperialista do continente africano foi espantosamente rápido, sendo que as mudanças mais importantes ocorreram no curto período entre 1880 e 1910 e, depois disso, o sistema colonial entrou na fase de consolidação e exploração pelas potências.

Até 1880 somente algumas áreas estavam sob a dominação direta de europeus. Em toda a África ocidental, essa dominação restringia-se às zonas costeiras e ilhas do Senegal, à cidade de Freetown e seus arredores (que hoje fazem parte de Serra Leoa), às regiões ao sul da Costa do Ouro (atual Gana), ao litoral de Abidjan, na Costa do Marfim, e de Porto Novo, no Daomé (atual Benin), e à ilha de Lagos (atual Nigéria). No norte da África, apenas a Argélia havia sido colonizada pelos franceses (BOAHEN, 2010). Nenhuma região da África oriental estava sob domínio de qualquer potência europeia, enquanto, na África central, os portugueses haviam tomado apenas algumas faixas costeiras de Moçambique e Angola. Na região sul da África, a dominação estrangeira estava fortemente estabelecida, estendendo-se, inclusive, pelo interior da região (Figura 3).

Quando o aprimoramento tecnológico europeu permitiu a exploração do interior inóspito do continente, nenhum governo organizado territorialmente foi encontrado. A maioria das sociedades era organizada em sistemas de clãs e linhagens sem uma autoridade central, sem economia monetária, com tecnologia rudimentar e sem fronteiras consolidadas. A falta de fronteiras, a facilidade migratória, as tradições de soberania compartilhada, tornaram a divisão das colônias um processo difícil para os europeus (PINTO, 2007, p. 220).

A Partilha da África, como ficou conhecida a Conferência de Berlim, em 1884-1885, foi uma tentativa de resolver as divergências a respeito da extensão do poder de cada potência colonial, numa época em que novos países entravam na corrida pela conquista de colônias. A fórmula encontrada foi a de que nenhuma nova potência teria direitos sobre um território a menos que exercesse um controle político forte e efetivo sobre ele. Na prática, as potências estabeleciam protetorados formais, afastando as pretensões de outros invasores, mas continuavam mantendo um frágil controle, suficiente apenas para garantir os mercados livres para o seu comércio (PINTO, 2007).

Figura 3- A África em 1880, às vésperas da partilha e da conquista



Fonte: Boahen, 2010, p.2

A África e a Europa mantinham relações comerciais há séculos. Numerosos dirigentes africanos, de fato, souberam perceber como um benefício as inovações introduzidas por europeus depois do primeiro terço do século XIX, pois, até então, elas não tinham surtido

nenhuma ameaça sobre sua soberania e independência. Na África ocidental, por exemplo, os missionários fundaram escolas primárias e secundárias, e após a abolição do tráfico de escravos, os africanos tinham se mostrado capazes de se adaptar a um sistema econômico baseado na exportação de produtos agrícolas. Quando os europeus começaram a mostrar interesse em impor mudanças pela força e avançar sobre as terras africanas, os dirigentes africanos tinham confiança de que conseguiriam tratar do assunto com diplomacia (BOAHEN, 2010).

A partir de 1880, com o desenvolvimento da revolução industrial na Europa e o consequente progresso tecnológico, os europeus invadiam a África com novas ambições políticas, novas necessidades econômicas e tecnologia avançada para a época, como o navio a vapor e a primeira metralhadora. Os europeus não queriam mais trocar mercadorias, e sim exercer o controle político direto sobre a África.

As potências europeias conquistaram a África com relativa facilidade por diversos motivos, dentre os quais Boahen (2010) destaca: a) Em primeiro lugar, as informações trazidas pelos missionários e exploradores acerca da África e do interior do continente com relação aos seus aspectos físicos, terreno, economia, força e debilidade de seus Estados e sociedades; b) Em segundo lugar, devido a descobertas revolucionárias no âmbito da medicina, particularmente o uso do quinino contra a malária, de forma que os europeus temiam menos a África do que antes do século XIX; e c) Em terceiro lugar, os recursos financeiros e materiais da Europa eram muito superiores em virtude da desigualdade dos termos comerciais e do ritmo crescente da revolução industrial, fazendo com que a África não tivesse condições de sustentar o conflito armado.

A conquista sem precedentes de um continente tão vasto foi possível principalmente porque o período era de paz na Europa. Enquanto conflitos e rivalidades interestatais minavam as forças africanas, as potências europeias podiam se concentrar militarmente de maneira quase exclusiva nas atividades ultramarinas. Além disso, as potências envolvidas na chamada “partilha da África”, mostravam entre si um notável espírito de solidariedade, colaborando pela invasão coordenada no continente (BOAHEN, 2010). O principal objetivo da súbita imposição do regime colonial, em contraste com penetração comercial desenvolvida ao longo dos séculos, que perdurava até então, era estabelecer o controle político do território, o que tornaria possível assegurar a supremacia nas transações comerciais. O ideal seriam direitos monopolistas, embora nem todas as potências fossem fortes o suficiente para impor tal política. Com essas motivações, era primordial que nenhuma área fosse deixada de fora e

que a anexação ou proteção europeia fosse tão extensa quanto possível (WALLERSTEIN, 1986).

A conquista colonial envolveu em sua essência duas mudanças fundamentais de ordem social na África, uma política e outra econômica. Virtualmente todos os povos foram submetidos à uma administração central, e cada uma das colônias absorveu politicamente um grande número de entidades de uma variada estrutura de autoridades políticas tradicionais. Com relação à segunda mudança fundamental, cada colônia se tornou parte de uma rede econômica internacional. As decisões políticas básicas que determinavam a estrutura da rede eram centralizadas fora da África. Qualquer empreendimento econômico na colônia dependia dessas decisões e as estruturas diferiam das redes comerciais anteriores, das quais alguns estados africanos faziam parte. A ligação característica entre africanos e europeus não era mais de parceiros comerciais, cada um mais ou menos apoiado por seu governo. O relacionamento agora era entre os administradores europeus e seus subordinados africanos, e as operações comerciais agora eram realizadas por uma única economia política, ao invés de serem de trocas entre duas economias. Se os africanos não obedecessem às regras europeias, estariam sujeitos a sanções políticas (WALLERSTEIN, 1986).

Conforme aponta Boahen (2010), a conquista estava praticamente concluída até 1902. Mas embora a conquista tenha sido considerada um processo relativamente fácil, o mesmo não se pode dizer da ocupação e instalação da administração europeia, primeira preocupação das potências para controlar as atividades das populações submetidas. Para tal tarefa, destituíram um grande número de autoridades africanas tradicionais, que não cooperavam, violando assim o caráter sagrado, no plano religioso e cultural, da realeza; e fazendo nascer numerosos e importantes movimentos de resistência. No nordeste da África, por exemplo, entre 1880 e 1914, países como o Egito, o Sudão e a Somália travaram violentas batalhas, não só pelos seus territórios, mas também por sua fé. Os muçulmanos desses países, assim como os demais muçulmanos do mundo islâmico, estavam cientes dos problemas sociais e religiosos que enfrentariam em decorrência da invasão estrangeira. Além disso, a submissão política a uma potência cristã era inadmissível para a doutrina islâmica.

O mesmo autor afirma que muitos historiadores ainda são capazes de discorrer sobre os verdadeiros movimentos de resistência sob a perspectiva econômica, ou seja, que houve forte resistência à dominação econômica após os europeus romperem as alianças com os mercadores e intermediários africanos e darem início à ocupação forçada para a instauração do monopólio comercial.

Segundo Wallerstein (1970, apud BOAHEN, 2010), essa guerra dos mercados africanos foi um dos acontecimentos decisivos do começo do colonialismo, pois permitiu que regiões africanas entrassem num processo de desenvolvimento autônomo e se ligassem ao mundo europeu. Em 1879, no entanto, esta estrutura se desagregou, e em 1900, deixou de existir. Com a dominação colonial

(...) as relações entre africanos e europeus deixaram de ser relações de parceiros comerciais. O efeito mais imediato da dominação colonial foi seu impacto sobre os mercados africanos. Ao fim da Primeira Guerra Mundial, o declínio radical da importância relativa da classe de mercados africanos e árabes era já um fato consumado (WALLERSTEIN, 1970, p.402, apud BOAHEN, 2010, p. 69).

Além disso, o período colonial foi, de muitas formas, um período conturbado, não só de conquista (o termo utilizado na época era “pacificação”), mas de ruptura deliberada da organização social existente – uma prática que os europeus adotaram para reorganizar a economia. As mudanças sociais resultantes disso criaram uma série de tensões que levaram inevitavelmente a um levante de movimentos nacionalistas (WALLERSTEIN, 1986).

Uma dessas tensões que trouxeram consequências significativas, foi a canalização da classe média urbana africana em posições administrativas, tanto nos cargos burocráticos governamentais, quanto nas empresas de importação-exportação e igrejas missionárias. O africano escolarizado não tinha muita opção senão escolher entre uma carreira em uma dessas estruturas burocráticas controladas pela administração europeia, onde ele tinha que obedecer não só às normas internas, mas a todo um código de conduta europeu.

Entretanto, nessa máquina administrativa, ao mesmo tempo, estava sendo introduzida uma nova classe: europeus que estavam fazendo carreira nas colônias e que monopolizavam os postos mais altos. Qualquer aspiração ou crescimento de carreira significativa, disponível para o africano graduado, esbarrava em uma limitação arbitrária racial cada vez mais controlada. Para Wallerstein (1986), era inevitável que com o passar dos anos a irritação dessa classe fosse crescendo. Os trabalhadores e a classe média começavam a evidenciar suas queixas em relação ao regime colonial. Os membros das classes trabalhadoras reclamavam de baixos salários, bem como da discriminação nos salários pagos para brancos e negros que executavam as mesmas funções. A classe média alta — os africanos comerciantes, empreiteiros de obras e importadores — enfrentava dificuldades na manutenção dos seus negócios por causa da crescente competição de empresas europeias, da desigualdade na contratação de serviços por parte do governo e da discriminação dos bancos na concessão de empréstimos. Essa classe de pessoas juntava-se ao pessoal insatisfeito, aumentando o número

de líderes nacionalistas e de agitadores anticolonialistas (BOAHEN, 1966). Os imigrantes que vinham de diferentes pontos e países, muitos deles analfabetos, provenientes de diferentes grupos tribais, linguísticos e culturais, chegavam às cidades e associavam-se a outros grupos de interesses comuns, tornando-se receptivos aos apelos nacionalistas. Estes viriam a se tornar os primeiros adeptos dos líderes nacionalistas.

O radicalismo ainda era alimentado por outra característica dos centros urbanos, a divisão deles em setores europeu e africano. Enquanto o setor europeu exibia edifícios imponentes, ruas pavimentadas e iluminadas, e jardins verdes e floridos, o setor africano apresentava bairros superpovoados e não planejados, cheios de casebres, sem nenhuma infraestrutura. Nesse contexto, com uma população humilhada, frustrada e desempregada, as cidades formaram a plataforma necessária para que os líderes nacionalistas formassem seus programas e partidos políticos (BOAHEN, 1966).

Outro fator que contribuiu para o surgimento do nacionalismo de várias maneiras foi a introdução da educação ocidental na formação acadêmica dos africanos. Tendo sido educados em línguas europeias como inglês, francês, português e holandês, muitos africanos instruídos puderam transmitir as ideologias políticas baseados na vasta experiência contida na literatura europeia. Algumas dessas ideias viriam ao encontro das insatisfações em relação às políticas do imperialismo e colonialismo.

Por fim, existia um ressentimento generalizado da sociedade pela omissão do governo colonial quanto ao ensino superior. Até fins da década de 1940 essa atitude foi interpretada como uma ação deliberada para evitar que os africanos se qualificassem e disputassem cargos de destaque em repartições públicas e estabelecimentos comerciais. Sem opção, os africanos que tinham condições financeiras foram para a Europa e América em busca de qualificação. Durante sua formação no estrangeiro foram apresentados à literatura anticolonial e marxista e conheceram técnicas de organização política. Segundo Boahen (1966), no retorno à África, seriam esses grupos que fundariam os primeiros movimentos nacionalistas e partidos políticos.

O mesmo autor afirma, no entanto, que a principal razão que fez suscitar nos africanos o ensejo pelo fim da exploração colonialista foi a mudança econômica. A característica principal da economia colonial foi o estabelecimento de precárias monoculturas, a falta de um processo de industrialização, e o monopólio nos campos da exportação, importação, mineração e bancos por empresas estrangeiras. E, ainda, a marginalização dos africanos na fixação de preços, não apenas dos manufaturados, mas também das matérias-primas que

produziam. Tal característica produziu um profundo descontentamento e despertou a consciência coletiva da população para sua condição como nação.

O movimento panafricano teve seu início fora da África, especialmente nos EUA, mas conseguiu conquistar as elites africanas, dado a um visível descontentamento nos campos econômico, político e social africanos e a emergência de uma consciência nacionalista. Antes da II Guerra Mundial já haviam sido realizados quatro congressos pela luta da libertação africana, embora apenas o quinto, ocorrido em 1945, em Manchester, tivesse contado com a representação africana. O Congresso de Manchester adotou a Declaração dos Povos Colonizados, redigida pelo Dr. Kwame Nkrumah, chefe de governo do primeiro Estado descolonizado da África – Gana – foi o grande ideólogo do panafricanismo e do nacionalismo africano, inspirou toda uma geração de líderes africanos e marcou profundamente a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA) e os primeiros anos de existência da Organização (PINTO, 2007).

Somente os movimentos nacionalistas não teriam promovido a derrota do colonialismo, não fosse pela pressão exercida sobre as potências coloniais pelas Nações Unidas e entidades anticolonialistas da Europa. A fundação da Organização das Nações Unidas, após a II Guerra Mundial, e suas iniciativas de emancipação das colônias deram mais força aos líderes africanistas. Além disso, a ONU constituiu-se num fórum no qual as potências coloniais podiam ser constantemente atacadas pelos africanos, asiáticos, americanos e delegações comunistas. Os partidos socialistas na Inglaterra, França e Bélgica, com suas políticas anticolonialistas, representaram, também, considerável pressão sobre seus governos (BOAHEN, 1966).

Os movimentos pela descolonização da África e Ásia ganharam apoio internacional após a II Guerra Mundial com a realização de fóruns internacionais que trataram do assunto. Após 1945, várias conferências foram realizadas para estabelecer a solidariedade afro-asiática, dentre as quais Pinto (2007) cita: em Bandung, 1955, estabeleceu-se o não alinhamento do Terceiro Mundo; na conferência do Cairo em 1957 cria-se a Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia; e, em 1958, se dá a primeira conferência dos Povos da África, realizada em Acra, capital da recém independente Gana. Em 1963, o regionalismo africano é institucionalizado através da criação da Organização da Unidade Africana, com sede na capital etíope de Adis Abeba.

A Conferência de Bandung tornou-se um marco para o processo de descolonização. Por iniciativa da Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão, a Conferência foi realizada em 18 de abril de 1955, com a participação de 29 Estados e 36 convidados (RIBEIRO, 2007).

Nas palavras de Mortimer (1980, apud MAZRUI, 2010, p.1017)

Bandung apresentou-se, essencialmente, como uma celebração da onda de independência que, tendo varrido toda a Ásia, voltava-se então sobre a África. Em si, o ato de reunir a primeira geração de líderes nacionalistas criou o sentimento, completamente inédito, correlato à mutação em curso e às potencialidades do Terceiro Mundo. Bandung tornou-se, desde então, o símbolo de um alvo a ser atingido e estabeleceu os dois princípios que permaneceram os fundamentos da solidariedade do Terceiro Mundo, a descolonização e o desenvolvimento econômico.

Para Ribeiro (2007), a Conferência demonstrou o interesse dos seus membros de participar mais ativamente no sistema internacional, manifestando apoio aos territórios afro-asiáticos em processo de descolonização, sem que, para isso, precisassem estar alinhados a qualquer um dos blocos existentes (EUA ou URSS). Sob a denominação de “nações terceiro-mundistas”, o grupo proclamou a defesa do princípio de não alinhamento e de autodeterminação, declarou-se contrário à segregação racial e propôs a redução dos arsenais nucleares, sendo também a favor do estabelecimento de formas pacíficas de solução dos conflitos internacionais.

Em 14 de dezembro de 1960 é aprovada, por resolução da XV Assembleia Geral da ONU, a Declaração de Garantia de Independência dos Países Coloniais, reafirmando o princípio de autodeterminação dos povos. Contando com o apoio do Brasil, a aprovação do documento deu importância internacional ao processo de descolonização.² A Declaração

²A Declaração de Garantia de Independência dos Países Coloniais (ONU, 1960) dispunha:

1) A situação dos povos a uma subjugação, a uma dominação e a uma exploração estrangeira constitui uma negação dos direitos fundamentais do homem, contrários à Carta das Nações Unidas e comprometedores da causa da paz e da cooperação mundiais.

2) Todos os povos têm direito à livre-determinação; em virtude deste direito eles determinam livremente seu estatuto político e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

3) A falta de preparação no domínio político, econômico ou social ou no campo da educação não devem jamais servir de pretexto para o retardamento da independência.

4) Será posto fim a toda ação armada e a todas as medidas de repressão, de qualquer tipo que sejam, dirigidas contra os povos dependentes, para permitir a estes povos exercerem pacífica e livremente seu direito à independência completa, e a integridade de seu território nacional será respeitada.

5) Serão tomadas medidas imediatas nos territórios sob tutela, os territórios não autônomos e todos os outros territórios que ainda não atingiram a independência, pela transferência de todo poder aos povos desses territórios, sem nenhuma condição nem reserva, conforma a sua vontade e seus votos livremente expressos, sem nenhuma distinção de raça, de crença ou de cor, a fim de permitir-lhes gozar uma independência ou uma liberdade completas.

6) Toda tentativa visando destruir total ou parcialmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com as finalidades e os princípios da Carta das Nações Unidas.

premiava os esforços políticos e exaltava o sentimento nacionalista, prometendo dias melhores e novas chances de se provar ao mundo a capacidade africana de autodeterminação (RIBEIRO, 2007).

O clima de euforia criava condições para que os novos Estados começassem a pensar na viabilização de instituições capazes de possibilitar o desenvolvimento econômico, promover a modernização e a assegurar a liberdade política. E assim surgiu a OUA – Organização da Unidade Africana. Criada a partir de um encontro entre chefes de Estado e de governo, o propósito era redigir um projeto de pauta para as discussões dos chefes de Estado. A OUA teve sua fundação registrada em 25 de maio de 1963, em Adis Abeba, com a assinatura da Carta da Unidade Africana. O preâmbulo da Carta enumerava as considerações sobre as quais se pautava o seu projeto: o direito dos povos em disporem de si próprios (autodeterminação dos povos), o ideal da liberdade, da justiça e da igualdade, um desejo comum de união e de ajuda mútua, a preocupação em preservar a independência e a soberania dos Estados africanos e a fidelidade dos signatários à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos (MAZRUI, 2010).

Segundo Ribeiro (2007), de 1963 a 1982, a OUA não sofreu alterações significativas em sua estrutura. Seus objetivos declarados foram reiterados à medida que novas comissões foram formadas, e mantiveram-se constantes a defesa da soberania, da integridade territorial, da independência dos Estados africanos e o princípio de não interferência nos assuntos internos dos países. Para Mazrui (2010), a OUA era uma importante fonte de ajuda regular e eficaz aos movimentos de libertação nacional dos povos colonizados da África. Na conferência constituinte de Addis-Abeba, em maio de 1963, os Estados independentes adotaram uma resolução enfática relativa à descolonização, segundo a qual eles reconheciam

a imperiosa e urgente necessidade de combinarem e intensificarem os seus esforços para acelerar a incondicional conquista da independência nacional, de todos os territórios africanos ainda submetidos à dominação estrangeira (MAZRUI, 2010, p. 906).

Outra resolução adotada na mesma conferência, dizia respeito ao *apartheid* e à discriminação racial, condenada sob todas as suas formas, em qualquer parte do mundo, mas especialmente na África do Sul. Os Estados-membros decidiram, inclusive, romper suas relações diplomáticas e comerciais com aquele país, aplicando-lhe sanções econômicas.

7) Todos os Estados devem observar fiel e estritamente as disposições da Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a presente Declaração sobre a base da igualdade, da não ingerência nos assuntos internos dos Estados e do respeito aos direitos soberanos e à integridade territorial de todos os povos.

A OUA persistiu em acertar as diferenças entre seus membros, obedecendo o princípio de uma solução pacífica das contendas, encontrado na Declaração de Bandung, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, e na Carta da OUA. Grande número destes conflitos devia-se aos problemas colocados pelas fronteiras herdadas da época colonial (MAZRUI, 2010).

2.2 A conjuntura africana a partir dos anos 1970

Após a conquista da independência, nos anos 1960, era preciso decidir pelo reconhecimento dos Estados traçados na Conferência de Berlim, mantendo o controle efetivo com o uso da violência, ou redefinir as fronteiras, o que significaria que os líderes africanos precisariam arriscar seus poderes, herdados das potências coloniais.

Na África os territórios vieram primeiro e depois o Estado foi instalado dentro dele. Isto faz com que a identidade com o Estado seja ainda maior, já que nenhuma idéia de Nigéria ou Moçambique, por exemplo, precedeu a demarcação das fronteiras, ou poderia ser uma ameaça a esta nova identidade. As fronteiras se tornaram a base para o direito de governar dos próprios líderes africanos pós-coloniais. Sem elas seu Estado, portanto seu título, estaria em jogo. A manutenção do *status quo* era bastante importante no período após a independência (PINTO, 2007, p. 225).

Diante da incerteza do futuro dos novos governos frente a uma disputa pela redefinição de fronteiras, foi tomada uma decisão definitiva de manter os territórios inalterados, a qual correspondia ao artigo 3º. §3 da Carta da OUA de 1963, que demandava o respeito à soberania e à integridade territorial de cada Estado (PINTO, 2007).

Esta determinação, conforme destaca Pinto (2007), agrupou e ao mesmo tempo separou cerca de 700 etnias em 45 Estados divididos com base em acidentes geográficos — como montanhas e rios. Toda a infraestrutura dos Estados africanos era construída de forma a ligar os territórios a suas metrópoles: estradas, portos, cidades, comércio, educação, entre outros. As organizações internacionais como a ONU, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial da Saúde (OMS), e outras, apenas reconheciam como legítimos atores da comunidade internacional os Estados-nação. A Assembleia Geral da ONU aceitava como membros pequenos Estados como Lesoto, Gâmbia e Guiné-Bissau, mas rejeitava outras formas de organização maiores, como os grupos étnicos Zulu e Ashanti, que haviam sido grandes impérios pré-coloniais.

Assim, a garantia de imutabilidade das fronteiras provocou, e ainda provoca, graves problemas de legitimidade e estabilidade, conforme aponta Foucher (1991, p.167 apud RIBEIRO, 2007, p.6):

Os acordos pós-coloniais são muito pouco numerosos. Daí decorre que essas fronteiras permanecerem, na grande maioria (87%) herdadas e, nesse sentido, são ainda poucos “africanas”: essa propriedade não designa apenas os traçados geográficos ou a sua origem, mas também o seu estatuto. É por isso que a fórmula “fronteiras herdadas da colonização” não remete apenas a um fato histórico evidente ou a uma constatação estabelecida com fins mais ou menos críticos ou explicativos, mas também e sobretudo a um princípio de legitimidade

A trajetória da revolução pela independência das colônias africanas entre as décadas de 1960 e 1970 foi marcada por um período de breve euforia, seguida pela instauração de regimes socialistas ou conservadores, na sua grande maioria de partido único, ou de dominação militar, caracterizado pela forte estatização da economia, com o completo abandono do liberalismo e da democracia (MAZRUI, 2010).

Para Ribeiro (2007), a manutenção do sistema unipartidário, gerou um modelo de Estado que favoreceu o patrimonialismo e a corrupção generalizada, o que frustrou as expectativas criadas ao longo da descolonização, e levou a um processo desenfreado de crises e desacertos. Em consequência desse cenário, os Estados africanos foram pouco, para não dizer quase nada, atrativos aos investimentos externos. Em boa medida porque

os novos Estados independentes tentavam controlar economicamente as riquezas de seu solo e subsolo, ainda dominadas pelos trustes; e a política de nacionalização, então implantada, multiplicou os conflitos que, indiretamente, abalaram a economia mundial – por exemplo, durante a crise do petróleo de 1973 (FERRO, 1996, p.394 apud RIBEIRO, 2007, p. 7).

Assim, os mercados africanos ficaram mais suscetíveis aos efeitos das crises econômicas internacionais, como a que se registra na década de 1980, levando os mercados a se tornarem cada vez mais reduzidos. Com a elevação das taxas de juros (de cerca de 3 a 4 % em 1973, para 22 a 23% nos anos 1980), decaíram ainda mais o interesse de investidores pelo continente. Ainda nesse período, os Estados africanos sofrem com os efeitos da dívida externa, a escassez de recursos para o desenvolvimento e os rígidos programas de ajuste estrutural, coordenados pelo FMI e pelo Banco Mundial, reduzindo drasticamente a capacidade de melhorarem os níveis sócioeconômicos das populações (RIBEIRO, 2007).

Como mostra o último Informe da ONU acerca dos Objetivos do Milênio, ao adentrar a década de 1990, 44,6% da população da África subsaariana contava com menos de US\$1 por dia para se manter. Passada mais de uma década, esta estatística praticamente não se

alterou, registrando-se que 44,0% da população mantêm-se no mesmo patamar socioeconômico. O deteriorar da situação econômica tem contribuído para o aumento do fluxo de refugiados e migrantes, agravando as condições de higiene, segurança e habitação, fazendo com que o continente africano fosse transformado em um ambiente propício ao desenvolvimento de uma série de doenças que, mesmo passíveis de controle (como poliomielite, sarampo, dengue etc.), fazem milhões de vítimas a cada ano. No caso da epidemia de AIDS, em particular, a situação aparece de forma mais assustadora, chegando ao ponto de afetar as perspectivas demográficas a longo prazo em vários países (RIBEIRO, 2007).

2.3 A África nos anos 2000: novas geopolíticas

Para Hugon (2009), a estagnação e o fraco desempenho econômico africano podem ser explicados por fatores geográficos (distância do litoral, terras pouco cultiváveis, doenças, dificuldade das comunicações), históricos (pouca especialização, peso da colonização), políticos (instabilidade, insegurança, corrupção), infraestruturais (deficiência das telecomunicações, das redes elétricas, dos transportes e dos serviços públicos), internacionais (a crise econômica mundial da década de 1970, que atingiu todas as economias periféricas e provocou um prolongado declínio da economia africana, até o início do século XXI) e econômicos (baixa taxa de investimento, fragilidade da demanda, sistemas financeiros pouco desenvolvidos).

A baixa produtividade da agricultura é fator determinante na conjuntura econômica de modo geral. A agricultura de renda é responsável por 30% das receitas de exportação da África e representa a principal fonte de receitas parafiscais para grande parte dos Estados. A agricultura alimentar propiciou o sustento de uma população que cresce mais de 3% ao ano e uma população urbana cuja taxa de crescimento varia entre 5% e 7%, tendo sido desenvolvida de modo extensivo. O setor industrial de transformação dos recursos naturais ou de substituição das importações, após um período de grande expansão entre 1950 e 1980, sofreu um retrocesso. A participação do setor terciário é de 40% do PIB desde as independências, ou seja, um índice claramente superior à média dos países em desenvolvimento. O sistema financeiro é pouco desenvolvido, oneroso, e prioriza os empréstimos a curto prazo, o que fragiliza as redes locais nos meios urbano e rural. O setor mineiro e energético representa dois terços das exportações da África subsaariana. A África representa, respectivamente, 15% e

10% das exportações mundiais de petróleo e de gás. O continente alcançou uma posição de destaque na geopolítica petrolífera devido à revolução nas técnicas de perfuração *offshore* (no mar) e à necessidade dos agentes internacionais de diversificarem as fontes de abastecimento, tornando-a alvo de interesses estratégicos, sobretudo para os Estados Unidos, a China e a Índia (HUGON, 2009).

A economia africana apresentou sinais de recuperação depois dos anos 2001, acompanhando o novo ciclo de expansão da economia mundial. Dados de Fiori (2008) revelam que o crescimento médio, que era de 2,4% em 1990, passou para 4,5%, entre 2000 e 2005, e alcançou as taxas de 5,3% e 5,5% em 2007 e 2008. Alavancados pelos países produtores de petróleo e outros minérios estratégicos, esses percentuais alcançaram índices ainda mais expressivos, como em Angola, Sudão e Mauritânia. Não só a economia da África, mas o resto do mundo, sofreu esse impacto devido ao crescimento vertiginoso da China e da Índia, que absorviam 14% das exportações africanas, no ano 2000, e chegaram a 27% em 2008, igual à Europa e Estados Unidos, velhos parceiros comerciais do continente africano. As exportações asiáticas para a África também tiveram um crescimento à uma taxa média de 18% ao ano, junto com os investimentos diretos chineses e indianos, especialmente em energia, minérios e infraestrutura.

Conforme relata Hugon (2009), a atratividade dos países em desenvolvimento não está mais reduzida a baixos custos salariais ou estímulos regulamentais. Como no período colonial, a África volta a ser estratégica por questões de segurança (escalada das tensões e conflitos, controle do tráfico e do contrabando, decomposição dos Estados que se transformam em domínios terroristas), por seus recursos em matérias-primas e por sua biodiversidade, enquanto as disputas petrolíferas e ambientais só aumentam. Entre os novos desafios a serem enfrentados está a triplicação da população urbana até 2025, sendo que até lá as sociedades africanas deverão encontrar meios de “reconstruir seus ecossistemas, realizar os investimentos coletivos e produtivos necessários ao crescimento e reposicionar-se positivamente na divisão internacional do trabalho” (HUGON, 2009, p. 146).

O progresso da África está fortemente atrelado ao seu posicionamento na estrutura internacional e na economia mundial, uma arena onde as economias emergentes estão ganhando espaço pela importância crescente do capital imaterial (conhecimento), da tecnologia da informação, bem como do ambiente tecnológico e institucional na atratividade dos capitais. A competitividade, mais do que nunca, está fundamentada na qualidade dos produtos e ligada à logística. A África pode se beneficiar dos custos, dar saltos tecnológicos e

encontrar novos nichos de competitividade. Para Hugon (2009, p. 147), a eficiência das novas tecnologias dependerá de um “tecido social, econômico e técnico capaz de apropriá-las”.

Neste capítulo, procurou-se contextualizar a conjuntura política-econômica da África e enfatizar, em linhas gerais, os principais eventos históricos relevantes para a abordagem proposta no objetivo geral deste trabalho. Entendendo-se que a configuração territorial herdada do colonialismo é a base para a compreensão da geopolítica africana atual, buscou-se explorar as transformações sofridas pelo continente africano entre os períodos pré- e pós-colonial. Observou-se que a imposição de fronteiras geográficas pelos colonizadores é responsável por conflitos étnicos e religiosos que perduram até hoje, afetando mais de 20% da população africana (HUGON, 2009) sob a forma de implicações políticas e econômicas e resultando na composição de Estados, quando não falidos, frágeis. Uma vez deficiente, essa estrutura sócioeconômica enfrenta dificuldades com relação à absorção de investimentos estrangeiros, captação de programas de ajuda financeira e integração econômica regional. Isto se deve à existência de governos corruptos, à falta de coordenação de políticas econômicas e à ausência de um relacionamento de cooperação institucional, que se refletem em obstáculos às condicionalidades impostas pelos organismos de ajuda internacional (como FMI e Banco Mundial). Todavia, verificou-se que diante do novo contexto geopolítico, no qual novas forças econômicas estão emergindo, a África tem potencial para reescrever seu futuro. Tendo disponíveis em seu território recursos minerais, naturais e energéticos para potências econômicas estabelecidas, como os EUA, e em ascensão, como a China, a África encontra-se em um momento oportuno para a redefinição de a sua inserção internacional.

3 A ASCENSÃO CHINESA: TRAJETÓRIA A PARTIR DE 1980

A República Popular da China (RPC) é o terceiro maior país do mundo, com 9,526 milhões de quilômetros quadrados de extensão e um litoral de 32 mil quilômetros, com mais de 5.000 ilhas em seu entorno. As características de seu relevo podem ser classificadas como de “três andares”: o primeiro junto ao litoral, planícies e pequenos montes que não ultrapassam mil metros de altitude, onde se concentram a população chinesa, atividades agrícola e industrial intensas, portos e grandes cidades como Shangai, Hong Kong, Tianjin e Pequim; o segundo andar, com altitude entre mil e quatro mil metros, com planaltos como Yunann-Ghizhou, Bacia de Tanin, Jungjar, Ordos e Sichuan, os vales dos grandes rios, planaltos e grande densidade populacional; e o terceiro andar com altitudes acima de quatro mil metros, na margem oeste do país, de baixa densidade populacional, com desertos, terras geladas e cadeias de montanhas como as do Himalaia, Karakorum, Nayan Qantazhe (FURTADO, 2012).

Nesse imenso território, o clima árido e semiárido predomina em 54% do país, que possui o segundo maior deserto do mundo, o Taklimakano, entre muitas outras regiões onde a água é escassa. Na região sul do país o clima é quente e úmido e o regime de monções é responsável por uma pluviosidade acima dos 1.500mm ao ano. Os grandes rios que nascem nas montanhas e atravessam a China de oeste para leste são importantes fontes de água e até hoje ainda funcionam como vias de transporte, contando com grande número de portos. No país mais populoso do mundo, com 1,3 bilhão de habitantes, a distribuição populacional é irregular, sendo que há grande concentração demográfica nas planícies do leste, em alguns planaltos e ao longo dos vales dos rios, ao contrário do verificado no oeste, em regiões como o Tibet, e nos desertos (FURTADO, 2012).

Figura 4- Mapa político da China



Fonte: Guia geográfico (20-, n.p.)

3.1 As reformas dos anos 1980

Desde a introdução de reformas econômicas em 1978, a China tornou-se uma das economias de mais rápido crescimento no mundo, o segundo maior exportador e o terceiro maior importador de mercadorias do planeta. Há certo consenso de que, após décadas de isolamento, o processo de abertura da China para o mundo exterior iniciou em 1978. Após a morte de Mao Tsé Tung, em 1976, e de um período de avaliação e deliberação do PCC (Partido Comunista da China), as lideranças chinesas aprovaram um novo plano de reformas do sistema econômico proposto por Deng Xiaoping (SULEIMAN, 2008), quando

identificaram que o modelo econômico centralizado, adotado até então, entrara em decadência e que deveria ser descontinuado (PINTO, 2005).

A inserção internacional da China, efetivada por uma aliança com os EUA, no início da década de 1970, combinou-se com uma reorientação das políticas domésticas de desenvolvimento. Após uma tumultuada disputa interna nos anos 1970, na 13ª Seção Plenária do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC), em dezembro de 1978, emerge a liderança de Deng Xiaoping. Ele lança a política das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e forças armadas) (PAUTASSO, 2006, p. 23).

O notório atraso chinês estava evidenciado pelo seu nível de desenvolvimento que, em 1978 com quase 900 milhões de habitantes, podia ser equiparado ao da URSS em 1938 (PAUTASSO, 2006). A crise do petróleo enfraqueceu as economias nos países capitalistas e os países socialistas apresentavam problemas adicionais (baixa taxa de crescimento do PIB e de produtividade do trabalho). A isso, somava-se o isolamento internacional e instabilidade interna de forma que, além de enfrentar o problema do atraso econômico, o país precisava superar desafios, conforme escreve Pautasso (2006), dentre eles: as difíceis condições territoriais e demográficas, a criação de condições de financiamento e a ampliação do acesso à tecnologia, em um ambiente de forças internacionais desfavorável. Esse contexto levou Deng Xiaoping à criação da política das Quatro Modernizações:

(...) a primeira medida estava voltada para os camponeses e visava recompor a base social do PCC, evitando futuras fissuras no pacto de poder que produziu a revolução, bem como a ampliação da produção agrícola para as cidades - um enorme desafio de alimentar mais de 20% da população mundial com cerca de 6%, das terras agricultáveis do mundo. A segunda visava modernizar a estrutura industrial, dotando-a de melhor gestão dos recursos (humanos e materiais), bem como de mais eficientes técnicas de produção. Isto se articulava à terceira medida, que estava vinculada ao incentivo à ciência e à tecnologia, e à quarta medida, que visava a prover as forças armadas de um razoável poder defensivo e dissuasório (Pautasso, 2006, p. 24).

As reformas começaram pelo setor agrícola, no qual as famílias viviam sob o regime de comunas, estabelecido pela revolução de 1949, e que não vinha apresentando resultados satisfatórios. O governo então redistribuiu as terras entre os camponeses, determinou uma parcela da produção a ser entregue ao Estado, a chamada “agricultura parcelar”, e concedeu maior liberdade aos camponeses para vender livremente no mercado o excedente da produção (OLIVEIRA, 2005). Essa concessão estimulou a produtividade e foi determinante para o crescimento da produção verificado após as reformas, mas é preciso apontar também que para esse sucesso

(...) foram fundamentais tanto as grandes obras hidráulicas, construídas anteriormente, que aumentaram a área irrigada do país, assim como implantação,

antes das reformas, de grandes empresas industriais estatais produtoras de insumos modernos para a agricultura, as quais se mostraram capazes de atender à crescente demanda das unidades familiares camponesa (OLIVEIRA, 2005, p. 6).

Assim, foi possível ampliar a oferta de matérias-primas e alimentos rapidamente, elevar o nível de renda das famílias que viviam no campo, expandir o mercado consumidor no meio rural, além de retirar milhões de camponeses da extrema pobreza. Com a retomada do sistema de agricultura parcelar, o governo chinês concedeu maior estímulo aos conselhos comunitários e administrações locais de vilas e distritos a assumirem as empresas de propriedade coletiva e mesmo a criarem novas empresas. A liberdade de vender a produção nos mercados levou as TVEs a concorrerem entre si e com as empresas estatais. As chamadas *Townships and Villages Enterprises* (TVEs) eram empresas industriais rurais, voltadas para o processo de produção agrícola, controladas por unidades subnacionais de governo, com liberdade para associar-se a empresas estrangeiras, operar em estreitas relações de compra e venda com as estatais industriais e de comércio exterior, e acessar o crédito dos bancos oficiais (OLIVEIRA, 2005).

As TVEs ganharam importância durante e após as reformas, pois conseguiram resultados positivos ao descentralizar a produção industrial de modo a conter o crescimento desenfreado das cidades costeiras, de forma a permitir que as famílias camponesas fossem inseridas no mercado de trabalho da indústria sem abandonar o domicílio rural.

(...) trata-se portanto de política de apoio à industrialização do campo cujo sucesso pode ser constatado pelo fato de que a porcentagem do emprego agrícola é rapidamente decrescente em relação ao emprego total, embora o decréscimo da população rural na população total seja bem mais lento. E os bons resultados econômicos das TVEs servem ainda de importante ponto de apoio para as finanças das unidades subnacionais de governo. A terra continua a ser de propriedade do Estado e é cultivada por meio de concessões dos poderes públicos aos agricultores (OLIVEIRA, 2005, p.7).

Desde o início do novo regime, a China voltou-se para sua reconstrução, atendendo aos moradores do campo, à reforma agrária rural e gradual implantação das Zonas Econômicas Especiais - ZEEs. As ZEEs constituíram o principal mecanismo de abertura da economia chinesa. Eram áreas delimitadas, especializadas no processamento de exportações, próximas das regiões portuárias e urbanas, abertas ao investimento estrangeiro. Através de indústrias, serviços e comércio, tinham como objetivo desenvolver uma economia voltada para a exportação em diversos setores (SULEIMAN, 2008; OLIVEIRA, 2005). Criadas na segunda metade da década de 1970, no litoral oriental chinês, objetivavam

(...) propagar os ideais de modernização e progresso, voltados basicamente para o setor industrial e exportador. Sua principal função era estratégica, as cinco zonas criadas foram: a de Shenzhen, um cinturão que cercava Hong Kong, Xiamen que estava localizada de frente para Taiwan, Zhuhai - zona localizada junto a Macau, Shantou e Hainan (SULEIMAN, 2008, p. 13).

Além disso, As ZEEs objetivaram captar Investimentos Externos Diretos - IED's -, na forma de *joint ventures* entre empresas estatais chinesas e empresas estrangeiras, como forma de financiar o modelo de desenvolvimento projetado (PAUTASSO, 2006). Os investidores estrangeiros que desejassem se instalar nas ZEEs poderiam contar com benefícios, conforme escreve Ribeiro (2007), como preferências fiscais com alíquotas mais baixas de imposto de renda e isenção de sobretaxas locais. Além disso, dependendo do tempo de operação e do nível tecnológico da atividade, poderia haver isenção total. Outros benefícios eram a isenção de impostos sobre importações de matérias-primas, peças e equipamentos. O plano da China seria superar o atraso com a implantação das ZEEs enquanto ferramenta de política econômica e de desenvolvimento.

Segundo Nonnemberg (2010), antes das reformas, todo o comércio exterior era totalmente controlado pelo governo central e, por isso, nem preços nem a taxa de câmbio exerciam qualquer papel na determinação dos fluxos. Mesmo após o início das reformas em 1978, o governo manteve um sistema complexo de regulamentações do comércio exterior, que foi sendo reformulado a partir do início da década de 1980, com a redução dos mecanismos de planejamento e controle, mas com forte elevação das tarifas de importação. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o sistema foi sendo revisado e as tarifas foram sendo gradualmente reduzidas. Ao mesmo tempo, as barreiras não tarifárias também foram simplificadas, eliminando muitas restrições às importações. Em 2001, às vésperas do ingresso da China na Organização Mundial de Comércio, as tarifas haviam sido reduzidas para 15,3% (em comparação a 1985, quando eram de 55,6%). Já em 2005, a tarifa média havia caído ainda mais, para 9,7% .

Ao contrário da política do governo de Mao Tsé Tung, o foco das reformas introduzidas por Deng Xiaoping a partir de 1978 foi concentrado nos esforços pela desmilitarização e no planejamento industrial. Deng sabia que era preciso reformular o Partido Comunista Chinês para retomar as relações com outros países ocidentais, principalmente em busca da absorção de tecnologia e investimentos. Segundo Suleiman (2008), o fortalecimento dos laços comerciais era considerado um fator prioritário para a obtenção de tecnologia estrangeira que, por sua vez, teria papel importante na reestruturação da indústria, de modo a promover a eficiência dos produtos chineses e a mudança de atitude.

A capacidade produtiva da indústria pesada chinesa havia sido priorizada na gestão anterior (1949 – 1978), motivo que levou a China a se tornar um país autossuficiente em insumos como energia, fertilizantes, aço e cimento, e nesse momento essa situação apresentava-se como um estímulo à reinserção do país na economia mundial. Por outro lado, aponta Furtado (2012), o maior incentivo residia na quase inexistência de uma indústria leve e na necessidade de melhoria de qualidade e eficiência da economia.

É claro que o rápido desenvolvimento econômico atual da China dependeu também da política de aproximação praticada pelos Estados Unidos que visavam o isolamento da antiga União Soviética. Entretanto, o sucesso chinês em aproveitar as oportunidades abertas com a superação de seu isolamento dependeu também de sua capacidade de promover reformas internas. Reformas que somente puderam ser executadas após anos de lutas internas e de tentativas frustradas de reorientação da economia do país. E mesmo do ponto de vista econômico o passado pré-reformas na China deixou o legado representado pela montagem da indústria pesada no país, condição para a rápida expansão da produção de bens de consumo pós-reformas (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

Mesmo que a experiência chinesa possa servir de exemplo, uma série de fatores coincidentes deve ser levada em consideração para explicar o desempenho bem sucedido da economia chinesa nas últimas décadas. Tais fatores são, até mesmo, diferentes entre si em peso e relevância no processo de crescimento econômico, e não poderiam ser replicados em outros países e situações na expectativa de se obter os mesmos resultados. Mas é possível apontar as principais medidas de política e reformas institucionais que contribuíram para o crescimento acelerado da economia chinesa, segundo Nonnenberg (2010):

- O processo de liberalização gradual do sistema de formação de preços no setor rural, até então, fixados unicamente pelo Governo Central, o que resultou na elevação da produtividade, refletindo na renda e no emprego;
- A liberalização do comércio exterior, até então, inteiramente planejado pelo governo. As importações foram tarifadas inicialmente, mas a liberalização acelerou-se quando do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio, em dezembro de 2001;
- A criação de ZEEs favoreceu o deslocamento da produção industrial de Hong Kong para a China, especialmente nos setores intensivos em mão de obra. Os resultados positivos incentivaram o governo chinês a criar, em 1984, outras 14 ZEEs ao longo do litoral. As áreas disponíveis para investimentos estrangeiros expandiram-se rapidamente, atingindo todo o litoral, no final da década de 1980, e alcançando o interior do país na década seguinte.
- O deslocamento de um grande contingente de mão de obra rural para as cidades manteve o nível salarial baixo mesmo com crescimento elevado da demanda por trabalhadores. Entre

1978 e 2006, o número de trabalhadores nas áreas urbanas saltou de 95 milhões para 283 milhões, com salários reais médios crescendo 11%, um índice muito próximo do PIB real;

- Falta de proteção à propriedade intelectual. Para instalar-se na China, as empresas multinacionais precisavam de um sócio local que, geralmente, apropriava-se ilegalmente do conhecimento trazido pelo exterior para produzir por conta própria, em outra empresa (doméstica), produtos similares com custos e preços inferiores;

- O tamanho da população contribuiu para a geração de economias de escala na maior parte das indústrias, com grande impacto nos custos de produção. Como exemplos ilustrativos do tamanho do mercado e da escala de produção, a China é atualmente o maior produtor mundial de televisores, com uma produção anual de aproximadamente 83 milhões de unidades. A China produz atualmente cerca de 1,3 milhão de caminhões por ano, dez vezes a produção brasileira. Enquanto o Brasil produz cerca de 40 milhões de toneladas de cimento por ano, a produção anual da China atinge aproximadamente 1,2 bilhão de toneladas;

- Crescimento dos Investimentos Diretos Externos. No período entre 1981 e 2007, o fluxo de IDEs saltou de US\$ 265 milhões para US\$ 138 bilhões, o que pode ser atribuído, em especial, à concentração de empresas multinacionais que se estabeleceram nas ZEEs, onde puderam contar com incentivos fiscais, terrenos e edificações, infraestrutura de energia e transporte, centros de pesquisa, incubadoras de empresas e laboratórios de ponta. Isso facilitou o transbordo tecnológico, tendo papel decisivo no desenvolvimento tecnológico chinês e na renovação da pauta de exportações ao longo dos últimos 20 anos;

- Políticas de incentivo à inovação, transferência e geração de ciência e tecnologia. Durante anos, a permissão a empresas estrangeiras esteve condicionada a compromisso de realizar transferência de tecnologia ou abertura de centros de P&D no país. Após seu ingresso na OMC, esses compromissos deixaram de ser legais.

Uma característica importante nas reformas chinesas que se iniciaram em 1978, é que elas foram implantadas pelo Estado e continuam sendo dirigidas por ele, no sentido da maior eficiência econômica. Nesse contexto, as reformas introduziram parâmetros de mercado: um setor econômico não estatal se desenvolveu e foram estabelecidos critérios para o investimento externo, planejados por uma geração de nacionalistas que substituiu a de Mao Tsé Tung. A ideia era dar condições para o país crescer como os países dos NICs asiáticos, antigos países periféricos da China que se desenvolviam a taxas maiores, tais como Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura.

3.2 Anos 1990: crescimento com base nas exportações

As taxas de crescimento médias registradas por esses países, e dos chamados ASEAN (Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia) durante toda a década de 1980, foram maiores do que as médias mundiais (3%) e da União Europeia (2,3%). O Japão cresceu a uma taxa de 3,7% ao ano, os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Coreia e Singapura), a 7,8% ao ano, a China e Índia a 6,8%, e a ASEAN a 5,3%, em dados divulgados por Ribeiro (2007).

Essa ascensão econômica dos países asiáticos, reconhecida como “milagre”, está inserida em um contexto maior, de uma nova dinâmica econômica americana que, para sustentar sua posição hegemônica dentro do cenário mundial, inicia um processo de expansão de suas grandes corporações para a Ásia, além de identificar sua necessidade em manter um comércio internacional baseado em importações baratas. O acelerado crescimento chinês também deve ser entendido dentro deste contexto, tanto global como regional:

Este movimento (dos EUA) encontra no Leste Asiático uma estrutura que favorece a produção a baixo custo, graças a um arranjo baseado em sistemas de subcontratação, disseminado pelo Japão por todo o Leste Asiático. Dentro do esquema japonês de subcontratação e expansão transfronteira, a China, assim como outros países asiáticos (ASEAN), passa a se beneficiar da transferência de estágios produtivos das empresas principalmente japonesas. Mas, obviamente a China não é uma Malásia ou uma Filipinas. Além de ser um país com dimensões continentais e uma vasta população, seu governo já vinha implementando uma série de reformas desde o final da década de 70, com o objetivo claro de atrair os Investimentos Diretos Estrangeiros e retomar sua posição de centro da região Leste Asiática (RIBEIRO, 2007, p. 15).

A inserção da China na dinâmica das relações do Japão com os Tigres Asiáticos não só contribuiu para uma reorganização das forças produtivas na Ásia, gerando resultados positivos para todos os envolvidos, como produziu efeitos econômicos muito mais abrangentes em termos de comércio exterior, além de ter impulsionado uma maior integração política na região. Nesse sentido, a ascendência política e cultural da China sobre a região foi favorecida pela presença de parceiros ‘nacionais’, sendo dois dos Tigres Asiáticos chineses (Hong Kong e Taiwan) e outro com três quartos da população chinesa (Singapura), o que, segundo Pautasso (2006), favoreceu também os fluxos econômicos, tanto comerciais quanto financeiros. Furtado (2012) ressalta nesse período o crescimento da indústria leve chinesa, que tornou o país um grande produtor de eletrodomésticos, como fogões, ares-condicionados, geladeiras, ventiladores e outros, que se transformaram em grandes produtos nacionais ao mesmo tempo em que também passaram a ser exportados para a Ásia e outros países.

Em números divulgados por Pautasso (2006), é possível verificar como as relações bilaterais entre a China e os países asiáticos se tornaram relevantes, e como a China se tornou o centro gravitacional de um processo de desenvolvimento regional em franca ascensão. Em 1997, cerca de 20% das importações chinesas de manufaturados eram provenientes dos EUA, índice que foi reduzido para 11% em 2003. Por outro lado, em 1997 a China importava menos de 15% dos manufaturados da região da Ásia-Pacífico, passando para 29% em 2003. (Tabela 1)

No final da década de 1980, os Tigres Asiáticos já superavam os EUA como investidores em países da ASEAN. Em 1991, a Ásia já havia superado os EUA como a maior destinação de exportações japonesas. De 1995 a 2005, o comércio exterior da China com a ASEAN passou de US\$ 20 bilhões, para US\$ 130 bilhões, absorvendo déficits planejados da ordem de US\$ 20 bilhões. Além disso, a China atrai metade do comércio regional e 60% dos investimentos, sendo o maior importador de bens de Taiwan e Coreia do Sul e, incluindo Hong Kong, o maior mercado para as exportações de Japão, Cingapura, Malásia e Filipinas (PAUTASSO, 2006, p. 38).

Tabela 1: China – Importações por países de origem (% do valor total importado pela China)

	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2006
USA	20	12	12	12	10	7	7
Europa	20	28	28	16	14	11	11
Japão	27	36	14	22	18	15	15
Coréia	0	0	0	8	10	12	11
Hong Kong	3	11	27	7	4	2	1
Taiwan	0	0	0	11,2	11,3	12,6	11,6
ASEAN	3	3	7	8	9	11	10
Outros	27	10	12	15,8	23,7	29,4	33,4
total (%)	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: INTERNATIONAL Monetary Fund, 2007, apud RIBEIRO, 2010, p.21 .

Soma-se a isso uma política cambial adotada pelo governo chinês (SULEIMAN, 2008) de progressivas desvalorizações da moeda chinesa, contribuindo para o rápido aumento das exportações e assegurando a competitividade da produção no mercado internacional. Como resultado, as exportações em 1991 e 1992 representaram 20% do PIB do país, sendo que em 1980 não passavam dos 6%. O primeiro passo para a mudança em direção à desvalorização, conforme Ribeiro (2007), ocorreu em 1984, quando o governo desvalorizou o Yuan em 36,24% frente ao dólar, estabelecendo, ainda, um regime dual de câmbio, um mecanismo

estratégico para a consolidação da política de inserção chinesa no comércio internacional. Esse regime dual de câmbio permitiu a adoção de regras mais liberais nas ZEEs, onde aplicavam-se tarifas menos onerosas, atraindo IEDs, muitas vezes com contratos firmados empresas chinesas vinculadas às atividades de processamento para reexportação e, por isso, incentivadas pelo governo. Por outro lado, as empresas estabelecidas em outras áreas estavam subordinadas à política protecionista chinesa e eram regulamentadas pelos programas de substituição de importações, os quais favoreciam o desenvolvimento da indústria interna.

Este tipo de política comercial foi ainda mais fortalecido devido, justamente, à existência de um regime dual de câmbio, baseado na existência de um câmbio oficial, administrado como uma taxa flutuante, e um 'mercado de swaps', com acesso restrito às empresas das ZEEs e às *tradings*. Neste mercado a taxa de câmbio era ainda mais desvalorizada. Assim as empresas situadas nas ZEEs, além de possuírem benefícios com isenção de tarifas, também possuíam liberdade cambial. (RIBEIRO, 2007, p. 17)

Depois que o Japão demonstrou sua capacidade de progresso do seu parque industrial, ele procurou especializar sua produção e transferir para os países do entorno asiático as atividades mais intensivas em trabalho (RIBEIRO, 2007). Assim, em uma cadeia sucessiva, os países de industrialização recente (NICs), como Coreia, Taiwan, Singapura e Hong Kong tinham a oportunidade de absorver conhecimento e tecnologia, enquanto também deslocavam sua capacidade produtiva de menor valor agregado para países que ofereciam menor custo de trabalho, e que funcionavam como plataformas exportadoras, entre eles os países da ASEAN e a própria China. É importante ressaltar que a partir de meados da década de 1980, os fluxos comerciais e de investimentos crescem entre empresas japonesas e asiáticas com os países da ASEAN e China, ao mesmo tempo em que se fortalecem as relações comerciais destes últimos com as economias centrais. Dessa forma, a China passa a direcionar a segmentação da produção regional a seu favor, priorizando a sua produção para a exportação de bens finais e transferindo a de bens intermediários para os países da ASEAN.

Em 1985, os produtos de elevada intensidade tecnológica (INTEC) tinham apenas 2,6% da pauta de exportação chinesa, em 2000 22,4%. Produtos primários eram 35% passando em 2000 para apenas 4,7%. Em 1985, a participação no comércio mundial de 0,4% em bens de alta INTEC e 2,4% em produtos primários, já em 2000 os INTEC somaram 6% e os produtos primários 2,3% (PAUTASSO, 2006). Para Ribeiro (2007), este aspecto auxilia o entendimento da inserção da China no comércio regional

(...) porque, como resultado de elementos específicos da política comercial chinesa, ligadas à atração de investimentos e à importação de bens intermediários para processamento e reexportação (principalmente nas ZEEs, com seus atrativos tributários e cambiais) observa-se um processo cada vez mais intenso de

deslocamento dos investimentos asiáticos para a China. Uma evidência do fortalecimento das relações da China com a própria Ásia e de sua entrada na dinâmica comercial daquela região pode ser vista no crescimento das importações feitas pela China a partir de países como Coreia, Taiwan, da ASEAN e até mesmo o Japão (RIBEIRO, 2009, p. 20).

O dinamismo chinês no período entre 1984 e 1995, gerou um crescimento do PIB em torno de 10,2% a.a, sendo que as exportações em dólares cresceram à taxa de 17% a.a., levando a China a figurar no quadro internacional com participação nas exportações mundiais que em 1978 era de 0,75%, para 3% em 1995. Suleiman (2008) aponta crescimento no índice entre importações e exportações em relação ao PIB de 17% em 1984 para 44% em 1995, sendo que em 1978 essa taxa era de 10%. Em 1995 a China exportou US\$ 148,8 bilhões, contra US\$ 27,4 bilhões em 1985. O impressionante crescimento econômico chinês atingiu a taxa de 7,49% a.a entre 1978 e 1995 e 10,2% a.a entre 1985 e 1995 e o PIB cresceu de US\$ 240 bilhões para US\$ 1,4 trilhão entre 1978 e 2003.

Ao contrário do que aconteceu com os demais países da região, a China não sofreu com os efeitos da crise financeira (1997-98), devido às reservas cambiais e rígido controle das contas de capitais, que a permitiram crescer 8,8% em 1997 e 7,8% em 1998. Sua política econômica de câmbio, créditos e juros, já estava orientada, segundo Pautasso (2006) ao fomento da internalização de tecnologias, adensamento produtivo e aumento do mercado interno, mas, depois da crise, o governo passou orientar suas políticas visando aumentar consideravelmente os gastos públicos em infraestrutura, fortalecendo ainda mais o mercado interno e reduzindo as vulnerabilidades relacionadas à instabilidade dos mercados externos. Nesse contexto, foram lançados projetos de desenvolvimento e investidos grandes volumes de recursos em obras de infraestrutura como hidrelétricas, gasodutos e ferrovias, principalmente interligando o interior do país com o litoral, fazendo com que problemas sociais e desigualdades regionais fossem reduzidas. Os investimentos em grandes obras absorvem a mão de obra tanto no campo quanto na cidade, e elevam o padrão de vida da população, o que fica evidenciado pelo crescimento real do salário médio e pela evolução do PIB/per capita. Entre 1995-97, o salário real cresceu 3% a.a., e após 1998, a média foi de mais de 13% a.a.

Entre 1999 e 2004 foram investidos US\$ 500 bilhões de dólares no oeste do país em mais de 50 mil pequenas, médias e grandes obras de infraestrutura. Para ilustrar algumas das obras mais importantes, podemos citar: as usinas hidroelétricas de Ertan e Três Gargantas; a ferrovia de 1.125 km ligando Lhasa (Tibet) a Golmut (Qinghai); o gasoduto oeste-leste, de 4.221 km, ligando Lunnan, no Xinjiang, a Shangai, entre outros. No mesmo caminho, a atrasada municipalidade autônoma de Chongqing, no curso médio do Yang Tse, três vezes maior do que a Bélgica, tem recebido vultosos investimentos para transformar-se na Chicago da China – numa referência ao papel de entroncamento ferroviário e mercado redistribuidor da produção agrícola das

novas áreas, desempenhado por Chicago na continentalização da economia americana (PAUTASSO, 2006).

De acordo com Suleiman (2008), o sucesso da estratégia econômica chinesa esteve amparado pela conquista prévia de condições estruturais capazes de superar estrangulamentos e condicionantes internos, quando estes foram identificados. Por exemplo, a expansão da capacidade de importação, fundamental para acelerar o processo de industrialização, a descentralização do planejamento e a ampliação do mercado às exportações. Para o autor, as vantagens do modelo de crescimento chinês foram os altos investimentos realizados em educação, tecnologia, e na redução da faixa de pobreza. Em pouco mais de 20 anos, o índice de pobreza caiu de 49% para 6,9%, como resultado do crescimento econômico. A forte industrialização gerou mudanças na estrutura do emprego e da urbanização e, em pouco mais de 10 anos, a população considerada urbana passou de 17,9% (1978) para 26,4% (1990). Porém, essa crescente “expansão dos fluxos migratórios das áreas rurais para as áreas urbanas não foi absorvida pelo emprego formal, o que formou um leque de atividades sub-remuneradas” (SULEIMAN, 2008, p. 22), o que pode ser apontado como uma desvantagem do modelo.

3.3 Anos 2000: ator internacional, investidor externo

O período pós-reformas, a partir dos anos 2000, foi marcado por grandes transformações na economia chinesa. Os investimentos na indústria pesada voltaram a desempenhar um papel importante no crescimento econômico; e a produção de aço e não ferrosos, especialmente alumínio, cresceu, causando aumento da demanda de energia, principalmente para o abastecimento da indústria. Nesse novo contexto, a China tornou-se grande importadora de recursos minerais, como o minério de ferro e o petróleo, além de ter ampliado a produção de carvão, transformando o país em um dos maiores emissores de CO₂ do planeta. O ritmo da atividade exportadora chinesa tem inspirado uma maior pressão competitiva sobre economias industrializadas e em desenvolvimento. Os crescentes investimentos na indústria pesada, a maior demanda por energia e matérias primas, afetam, cada vez mais, a distribuição mundial da oferta e dos preços das commodities, com impactos sobre outros países, produtores e consumidores (FURTADO, 2012; CUNHA, 2011).

Apesar da indústria pesada não ser intensiva em mão de obra e não absorver grande quantidade desse recurso abundante, muitas províncias e localidades chinesas possuem jazidas de alumínio e outros minerais, o que levou à opção pelo investimento na indústria pesada, além das oportunidades de lucro no setor, que cresceram mais do que na indústria leve. Além disso, na última década, o país tem construído cidades, ferrovias, portos e aeroportos, o que demandou um esforço dirigido para a criação de infraestrutura, justificando a priorização da indústria pesada. Segundo Furtado (2012), a China investiu somente em ferrovias de 2003 a 2007, 71 bilhões de dólares.

Nos anos 2000, as exportações chinesas continuaram a apresentar enorme crescimento, resultando no contínuo aumento dos saldos externos da China. De acordo com Nonnemberg (2010), o saldo em conta corrente, que girava em torno de US\$ 27 bilhões entre 1997 e 2002, registrou um aumento exponencial a partir daí, alcançando US\$ 372 bilhões em 2007. As reservas internacionais, que eram inferiores a US\$ 150 bilhões até 1998, saltaram para US\$ 2 trilhões no final de 2008. Os fluxos externos de capital na China eram bastante reduzidos antes do início das reformas, situação que se altera com a criação das ZEEs, em 1980. A partir de 1993, verifica-se um rápido crescimento dos fluxos, basicamente em virtude da expansão dos investimentos diretos externos (IDE), tendo se tornado ainda mais expressivos desde o ingresso da China na OMC, quando se tornou o maior receptor mundial de investimentos externos.

Até 1995, cerca de 60% dos IDE eram originários de Hong Kong, com participação ainda discreta do Japão, Taiwan, Estados Unidos e União Europeia. Na presente década, a participação de Hong Kong caiu para cerca de 30%, ao passo que a estrutura de origem se diversificou substancialmente. A participação dos demais países da Ásia alcança atualmente cerca de 28% (NONNEMBERG, 2010, p. 213).

O prolongado processo de ingresso da China na OMC foi negociado por 15 anos. A demora foi ocasionada primeiramente por causa da transição do GATT para a OMC, o que implicou na ampliação das negociações, que antes se restringiam ao comércio de bens e passaram a abranger serviços, investimentos, barreiras não tarifárias e propriedade intelectual. Em segundo lugar, a China precisou se adequar às diversas exigências feitas pelos países membros da OMC, ligadas principalmente à intervenção do Estado na economia e ao fim das políticas econômicas protecionistas, como elevadas tarifas de importação, barreiras não tarifárias, discriminação de produtos estrangeiros e a falta de proteção adequada aos direitos de propriedade intelectual. Em 2001, o Grupo de Trabalho encarregado de notificar as adaptações necessárias e de definir o cronograma de transição concluiu o protocolo de adesão

da China, aprovado por todos os membros da OMC. De acordo com Naidin, Brandão e Viana (2012), após uma década como membro da OMC, a China tornou-se um ator relevante no cenário internacional, registrando uma taxa média de crescimento do PIB em torno de 10 % ao ano, tornando-se o país com o segundo maior fluxo de comércio, além de ser o maior país exportador e o segundo maior importador. Acrescenta-se a isso que

(...) a tarifa de importação aplicada pela China em mais de 5.000 produtos foi reduzida de uma média de 43,2% para 9,8%, após o período de transição. No setor de serviços, o país tornou-se o quarto maior exportador e o terceiro maior importador. Houve também diversificação dos parceiros comerciais chineses, principalmente no que se refere à relação com os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos: o comércio com países de menor desenvolvimento relativo, por exemplo, cresceu 24% desde que a China se tornou membro da OMC. O país tornou-se o maior parceiro comercial de Brasil, Austrália, Japão e África do Sul em 2010 e está entre os três principais parceiros comerciais dos Estados Unidos e da UE (NAIDIN; BRANDÃO; VIANA, 2012, p. 10).

Ainda segundo Naidin, Brandão e Viana (2012), a adequação da China às regras da OMC teve impacto também na regulamentação comercial em todo o país. Milhares de leis nacionais e locais foram criadas ou alteradas para dar conformidade à legislação chinesa de acordo com os princípios da OMC, favorecendo a implantação de reformas voltadas para o mercado e a criação de um ambiente propício ao investimento internacional.

Desde 2001, 34.700 empresas com capital estrangeiro foram abertas na China e respondem, atualmente, por cerca de metade das exportações chinesas. Entretanto, ainda existem problemas na política comercial chinesa que são, inclusive, objeto de discussão no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. A maioria das reclamações envolve a desvalorização cambial da moeda chinesa, considerada uma política artificialmente sustentada pelo governo, o favorecimento de empresas nacionais nos processos de licitação, tarifas e restrições de exportação e subsídios concedidos a empresas nacionais.

Cunha (2011) aponta para o fato de que recentemente, além de receptor, o país também se tornou fonte de investimentos, especialmente em países periféricos. Os países em desenvolvimento são os principais destinatários dos investimentos da China no exterior, que ganharam uma política própria a partir de 1999 com ações de estímulo à ampliação dos fluxos, sob a denominação de “*Going Global Strategy*”. Após uma década (entre 1999 e 2009), o estoque de investimento chinês no exterior passou de US\$ 25 bilhões para US\$ 230 bilhões. Somente em 2008, os fluxos de saídas de investimento chinês atingiram o recorde de US\$ 52 bilhões, e, em 2009, tais fluxos foram de US\$ 48 bilhões. A China ainda possui importantes empresas figurando na lista das maiores transnacionais provenientes de países em

desenvolvimento e, algumas delas estão entre as maiores de seus respectivos setores em nível internacional.

A política de *'Going Global'* evidencia a estratégia chinesa de construir 'campeões nacionais'. Além de nuclear o esforço industrializante, os conglomerados chineses vêm sendo incentivados pelo governo a avançar em seus processos de internacionalização. Os conglomerados estatais na área de petróleo e gás, como a Sinopec, Cnooc e a Petrochina, representam a articulação entre a busca de segurança energética, a política externa e a estratégia de crescimento de longo prazo. Ainda na área de commodities há outros gigantes com controle ou participação estatal, como a *Aluminum Corporation of China* (Chalco) e a Baosteel. No setor de bens de consumo, telecomunicações e produtos eletrônicos, há empresas como Huawei, TCL, Lenovo, Boe Technology e Galanz. Há, ainda, corporações que estão em trajetória de internacionalização em setores como alimentos e bebidas (*Tsingtao e Cofco International*), comércio e navegação (*China Ocean Shipping Group e Sinochem Corp*) e construção civil (*China State Construction and Engineering Company*) (CUNHA, 2011, p. 16).

Medeiros (2006) destaca, ainda, o controle dos fluxos de capitais financeiros pelo governo, que tem exercido um papel relevante no sentido de manter a estabilidade da moeda chinesa, de modo a garantir a contribuição efetiva dos investimentos à economia, instrumento importante para a autonomia da política econômica e da trajetória de crescimento, o que diferencia a China das demais economias nas duas últimas décadas.

A experiência chinesa de crescimento acelerado das últimas décadas reforça a ideia de que a intervenção do Estado na economia, com o intuito de promover uma política ativa de consolidação da indústria, na condução das políticas macroeconômicas e na criação de um ambiente atrativo para a captação de IED, é fator crucial ao desenvolvimento. Para Oliveira (2008), um dos maiores desafios da China no século XXI é dar continuidade a um ritmo de crescimento econômico que seja capaz de absorver o deslocamento da população rural para as cidades, um fluxo estimado em 200 milhões de camponeses para os próximos anos, bem como reduzir as desigualdades regionais causadas, contraditoriamente, pelo próprio crescimento da renda nacional.

Embora o tamanho do desafio pareça refletir as dimensões de tudo que envolve a China, o Estado chinês demonstrou, até agora, saber lidar com os instrumentos de política econômica de modo gradualista e pragmático, atuando conforme as circunstâncias exigem a cada momento. O sucesso atingido pelo modelo chinês de 'capitalismo organizado' demonstra a importância do papel do Estado, bem como fornece orientação para responder aos desafios impostos pela globalização. Neste sentido, pode-se afirmar que a China tem conseguido administrar o atual padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, "a partir de um mix de política econômica que privilegia o lado real da economia ante o financeiro,

convertendo as forças instabilizadoras endógenas ao sistema capitalista em forças propulsoras do crescimento da produção e do emprego” (OLIVEIRA, 2008, p.16).

Este capítulo buscou caracterizar a trajetória de crescimento acelerado da República Popular da China após o processo de abertura econômica, marcado por reformas no sentido do desenvolvimento e de superação do atraso econômico em que se encontrava o país. Focadas na absorção de tecnologias e investimentos estrangeiros, as políticas econômicas reformuladas resultaram em um avanço considerável de muitos indicadores, a saber: aumento das reservas cambiais, fortalecimento do mercado e da demanda interna, elevação do nível de renda da população, redução da miséria no campo, dinamização da indústria e da atividade exportadora gerando ganhos de escala, entre outros. O progresso e o crescimento constantes, como visto ao longo do capítulo, levaram a China a ocupar a posição de centro gravitacional do desenvolvimento regional asiático e exercer influência direta nas cadeias de produção e nos fluxos comerciais do continente. Além disso, a China é, hoje, uma potência em ascensão, com novas necessidades e demandas, e maior participação no ambiente internacional. Sua elevada capacidade financeira, adquirida através do rígido controle das contas de capitais, tem permitido ao Estado chinês colocar em prática uma política externa de aproximação diplomática e comercial com países estratégicos, a fim de estabelecer vínculos e garantir o fornecimento de insumos essenciais à manutenção de seu ritmo de crescimento.

No próximo capítulo será discutida a aproximação da China com um parceiro estratégico – o continente africano. Em linhas gerais, buscar-se-á abordar as relações estabelecidas entre a China e a África entre o final do século XX e início do século XXI, e seus impactos para o novo paradigma que se desenha no cenário geopolítico internacional.

4 UM PANORAMA SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E ÁFRICA

A República Popular da China (RPC) foi fundada em uma época em que muitos dos atuais países em desenvolvimento estavam sob o domínio do colonialismo. Nesse período, a perspectiva de Pequim, segundo Muekalia (2004), estava mais alinhada com a da antiga União Soviética, e ambas compartilhavam a visão de que o mundo estaria dividido em dois campos: as forças do socialismo e as do imperialismo. Contudo, as nações no mundo colonizado iniciaram seus movimentos de independência e libertação, fazendo surgir divergências entre a China e a União Soviética, o que desencadeou uma disputa por influência no continente.

Os líderes chineses perceberam que os países recém independentes e em desenvolvimento constituíam uma força importante nos assuntos internacionais e com as alterações promovidas na estratégia de sua política externa, iniciaram seus esforços de aproximação. Dentro desse contexto, China e Índia, em 1954, acordaram os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, ratificados por 29 países asiáticos e africanos durante a Conferência de Bandung, em 1955, a qual deu origem ao Movimento dos Não Alinhados, cujo objetivo era manter o afastamento em relação à União Soviética e ao Imperialismo dos países ocidentais (MUEKALIA, 2004).

A Conferência chamou a atenção para a cooperação econômica e cultural, autodeterminação e direitos humanos dos povos em nações dependentes, intensificando e inspirando a união nas colônias, registrando um papel importante na promoção das lutas anti-imperialistas e anticolonialistas dos países asiáticos e africanos.

Os desprezados, os insultados, os machucados, e os sem posses, em resumo, os viralatas da raça humana estavam reunidos. Aqui estavam classe e raça e consciência religiosa em escala global... E o que essas nações tinham em comum? Nada, me parece, a não ser pelo jeito que seu relacionamento passado com o mundo ocidental os fez sentir. Essa reunião dos rejeitados era por si mesma um tipo de julgamento sobre o mundo ocidental (WRIGHT, 1956, p.1 apud MUEKALIA, 2004, p.6).

A China já havia começado a estreitar laços desde a Conferência de Bandung, oferecendo apoio econômico e militar aos países africanos, num esforço para encorajar os movimentos de libertação nacional como parte de uma frente internacional unida contra as duas superpotências da época (EUA e URSS). Mas foi um pronunciamento do presidente Mao que marcou a entrada da China no cenário africano: “O que os imperialistas mais temem é o

despertar dos povos asiáticos, africanos e latino-americanos... nós devemos nos unir e expulsar o imperialismo dos estados unidos da Ásia, África e América Latina, de volta para o lugar de onde veio” (MUEKALIA, 2004, p. 6). O Premiê Chinês Chou Enlai visitou 10 estados africanos entre dezembro de 1963 em fevereiro de 1964 afirmando que “as perspectivas revolucionárias são excelentes ao longo do continente africano”. (MUEKALIA, 2004, pág. 6). O discurso do Premiê gerou tensões entre a comunidade internacional que chegou a pensar que a África estava pronta para uma revolução inspirada pela China. Os esforços chineses não conseguiram, contudo, levar adiante a revolução de âmbito continental como esperado, embora o impacto da investida no cenário mundial tenha sido significativo:

O ocidente tendia a encarar com suspeita e desconfiança qualquer link entre a África e o mundo socialista. Mas uma disputa ainda mais feroz por influência foi travada entre os russos e os chineses. Os russos estavam preocupados de que a ênfase chinesa nas atividades revolucionárias levasse a uma maior intervenção ocidental, como aconteceu no Congo, e poderia ainda alarmar governos moderados que os russos valorizavam como parceiros comerciais. Comércio e ajuda eram importantes elementos na política externa soviética com a África, enquanto os chineses, sem recursos econômicos para competir no mesmo nível, esperavam ganhar mais através da disseminação da ideologia revolucionária (MEREDITH, 1984, p.177 apud MUEKALIA, 2004, p.7).

A China começou a repensar sua estratégia dando maior ênfase ao desenvolvimento econômico após a morte do Presidente Mao e ascensão de Deng Xiaoping. Os chamados por uma nova ordem econômica mundial, propagados nos discursos e na política externa chinesa, passaram a ser reverberados por líderes africanos em fóruns internacionais. No entanto, conforme relata Muekalia (2004), ao final dos anos 1970 e início dos 1980, as elites políticas não respondiam mais aos apelos revolucionários e apenas algumas nações africanas eram independentes. Essa situação somada à estratégia recuada de Pequim, distanciaram as relações entre a China e a África no período em questão.

A ajuda da China à África foi reduzida na década de 1980, devido ao processo de modernização sofrido pela China de abertura ao mundo desenvolvido. Outro fator que também influenciara esta redução tinha sido a então incapacidade da China em competir, em termos de recursos, com os programas de ajuda ocidentais. Tudo isso muda, a partir de 1989, com o isolamento internacional da China devido aos acontecimentos de Tiananmen. Nas Nações Unidas, a condenação internacional da China por violação dos direitos humanos foi atenuada, graças ao apoio dos países africanos (JUNIOR, 2011, p. 3).

Ao longo dos anos, a parceria sino-africana ultrapassou a esfera diplomática; as poucas relações comerciais existentes foram aprofundadas, bem como suas relações políticas, econômicas, e militares. A partir da década de 1990, de acordo com Muekalia (2004), a China

voltou sua atenção novamente aos países do Terceiro Mundo. A África tornou-se um dos principais focos da estratégia de aproximação chinesa dos países em desenvolvimento e, desde então, a diplomacia chinesa empenhou-se em fortalecer suas ligações com os países africanos e a formar acordos não só econômicos e comerciais, mas também de cooperação técnica, política e militar.

Pautasso (2010), Leão, Pinto e Acioly (2011) sugerem que isto se deve à exigência de uma maior participação nos negócios internacionais, por parte da China, com fins de manter o ritmo acelerado do crescimento econômico; uma vez que a capacidade de exportação e o fortalecimento do mercado interno aumentaram a demanda por mercados, insumos, tecnologias, energia e matérias-primas, e, conseqüentemente, fortaleceram o peso político-diplomático do país no contexto mundial, além de obrigarem a China a repensar sua posição geopolítica estratégica e formar novas alianças.

O desenvolvimento político e econômico, aliado aos eventos diplomáticos ocorridos no final do século XX, conduziram à reformulação da política externa chinesa que seguiu o rumo da universalização:

- 1) a repressão na Praça da Paz Celestial em 1989 forçou a diversificação das relações exteriores para evitar o isolamento promovido pelos EUA;
 - 2) o crescimento econômico impulsionou a dependência crescente de importação de petróleo a partir de 1993, exigindo a ampliação e diversificação do fornecimento;
 - 3) o fortalecimento macroeconômico gerou crescentes acúmulos de capitais ampliando a capacidade financeira do país em realizar investimentos diretos e fornecer créditos internacionais.
- Tais transformações têm criado condições objetivas ao país para reocupar seu status de potência mundial. E uma diplomacia voltada aos países periféricos (diplomacia zhoubian), com destaque ao continente africano, é parte fundamental da universalização da PECh (PAUTASSO, 2010, p.109).

A partir da década de 1980, segundo Muekalia (2004), a China iniciou sua escalada pela recuperação econômica, e começou a aparecer mais no cenário internacional com o seu ingresso como membro do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. Empenhando-se em manter boas relações com potenciais parceiros, passou a expandir seus negócios para além de suas fronteiras e virou o destino de boa parte dos investimentos internacionais. Nas últimas décadas, a China conseguiu manter altas e constantes taxas de crescimento anuais e, como consequência disso, passou a depender de novas fontes de recursos naturais e, principalmente, de recursos energéticos, os quais não são mais conseguidos exclusivamente dentro do mercado interno.

O interesse da China pela África, segundo Ribeiro (2010), é consequência desse reposicionamento estratégico diante de suas novas necessidades de abastecimento. O tamanho da população, a pouca disponibilidade de terras agricultáveis e a base energética são exemplos que explicam a grande necessidade chinesa por recursos naturais e energéticos em abundância na África, que se somam ao atual ciclo de expansão da indústria pesada, ao surto imobiliário e ao aumento no consumo de automóveis.

O crescimento das relações pode ser verificado observando-se as estatísticas comerciais. O principal interesse da China na África são as fontes de energia, especialmente o petróleo, devido à dificuldade de acesso ao petróleo do Oriente Médio, por este se destinar prioritariamente à Europa e aos EUA (ROSINHA, 2009). Ao mesmo tempo, conforme indica Ribeiro (2010), a África vem aumentando a oferta de petróleo, tendo sido responsável em 2008 por 10% do total de 1258 milhões de barris produzidos mundialmente; uma produção muito superior à de 1988, quando a participação do continente era de 5,9%. (Tabela 2)

Tabela 2: Comparação entre os maiores produtores mundiais de petróleo

MAIORES PRODUTORES MUNDIAIS	PRODUÇÃO PETROLÍFERA		
	1985	1995	2005
País/Região			
Arábia Saudita	3.601	9.127	11.035
África	5.433	7.112	9.835
Rússia	10.904	6.288	9.551
EUA	10.580	8.322	6.830

Nota: O volume da produção está expresso em milhões de bbl por dia (valor expresso x 1000)

Fonte: BP (2006, n.p.)

As relações comerciais sino-africanas datam de muito tempo. Os chineses conhecem bem a costa oriental da África e mantém negócios com mercadores árabes há muitos séculos, o que lhes confere um maior conhecimento dos problemas do continente e da melhor forma de tirar proveito das suas riquezas e fragilidades (ROSINHA, 2009); entretanto, a investida atual da China tem características bem diferentes das que se verificaram no passado.

De acordo com Oliveira (2008), a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, mostra que China possui oficialmente uma ‘política africana’, gerando amplos fluxos financeiros da China para os países africanos, sem condicionalidades, e compras em grande escala de petróleo e matérias-primas. Segundo Oliveira (2008), são cinco os princípios que regem o relacionamento da China com os países estrangeiros e, mais

especificamente, que regem as relações diplomáticas com os regimes em existência na África, são eles: 1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; 2) não agressão mútua; 3) não ingerência nos assuntos internos; 4) igualdade e vantagens recíprocas; e 5) coexistência pacífica. Para Cordeiro de C. Júnior (2011), com estes princípios, a China se compromete em respeitar o direito dos países africanos de tomar decisões econômicas independentes e incentivar os países a participarem do mercado internacional e chinês, isto é, beneficia a competitividade internacional para benefício mútuo.

Para afastar a Europa e os EUA e consolidar sua posição na África, a política de atuação chinesa visa ainda identificar as circunstâncias particulares de cada país e adaptar sua abordagem a suas necessidades especiais, principalmente de governos politicamente enfraquecidos pela corrupção ou por conflitos sociais ou étnicos, com populações privadas dos meios de subsistência básica (ROSINHA, 2009). Através da realização de projetos de infraestrutura e desenvolvimento, mesmo nos países mais pobres, a China fortalece sua presença política e suas relações econômicas com os diversos governos, identificando oportunidades de negócio onde muitos encontram obstáculos.

Apesar do considerável avanço das relações sino-africanas, estas ainda estão concentradas em um número pequeno de países, dentre os quais Pautasso (2010) cita: a África do Sul, o Sudão, a República Democrática do Congo, a Guiné Equatorial, o Gabão, a Nigéria e Angola, que representam cerca de 90% do comércio entre China e África, sendo a Angola sozinha responsável por quase 20% deste total. Segundo Rosinha (2009), a China considera a região da África subsaariana como “aliciável” devido a sua grande necessidade de afirmação no contexto mundial e indeterminação política; da mesma forma, outros países africanos são vistos por ela como instáveis e incapazes econômica e financeiramente de administrar seus recursos naturais, minerais e orgânicos.

Com relação à estratégia africana para as potências mundiais, tem-se observado nos últimos anos a ampliação dos fluxos comerciais do continente africano, impulsionados principalmente pela maior demanda internacional por matérias-primas e petróleo. Em parte, o crescimento econômico africano, que registrou a maior taxa dos últimos tempos em 2005 – 5,2% – está relacionado ao crescimento econômico da China que, na busca por fornecimento de insumos energéticos, minerais e recursos naturais, expandiu seus investimentos no continente em ritmo muito acelerado (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2011).

Informações de Leão, Pinto e Acioly (2011), divulgadas pelo FMI, revelam que a economia da África Subsaariana cresceu quase 7% ao ano, entre 2004 e 2007, antes de cair para 2,6%, em 2009, em razão da crise econômica global. Nesse mesmo período, o fluxo de

investimento externo estrangeiro (IDE) para o continente também cresceu, suscitando discussões no cenário internacional a respeito do novo interesse pela África, envolvendo potências estabelecidas e emergentes. Dados de Leão, Pinto e Acioly (2011) revelaram que as relações econômicas entre a China e a África são as que apresentaram um nível de integração mais relevante, sendo que no período entre 2000 e 2005, seus fluxos comerciais mais que triplicaram. Em dois anos, entre 2003-2004, as importações chinesas provenientes da África cresceram 87%, grande parte disso relativa a madeira destinada ao leste da Ásia e petróleo originário do Golfo da Guiné. No final de 2005, a China se tornou o segundo maior parceiro comercial da África, ultrapassando o Reino Unido e ficando atrás apenas dos EUA. Desde 2007, a China é o principal país exportador para a África.

Apesar dos investimentos chineses no exterior não terem sido destinados exclusivamente à África, por causa da quantidade relativamente pequena de IDE global recebida pela África, o volume ainda que modesto empregado pela China no continente representou um impulso significativo para desenvolvimento africano, dado o reduzido tamanho de sua economia. Em 2004, por exemplo, a América Latina, a Ásia e a Europa representaram 94% do destino dos fluxos de IDE chinês. A arrecadação total de IDE para a África foi de US\$ 18 bilhões em 2004, que representavam apenas 3% do fluxo do IDE global.

Esses investimentos tiveram por meta impulsionar a ‘fraca’ demanda africana mediante, por exemplo, a ampliação da estrutura de turismo *onshore* e *offshore*. Desde que liberalizou os investimentos estrangeiros para o turismo em 2003, a China estabeleceu oficialmente 26 destinos turísticos na África – em países distintos – a fim de recompensar e estreitar as relações com os governos dessa região. Em Serra Leoa, por exemplo, houve um investimento de US\$ 200 milhões em um complexo turístico direcionado para os visitantes chineses. Por causa disso, a entrada de turistas da nação asiática na África mais que quadruplicou ao longo da década de 2000 (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2011, p. 242).

O investimento direto chinês na África apresentou grande crescimento na última década e estima-se que haja ainda um aumento gradativo nos próximos anos. Apesar do montante de investimento anual médio ter mais que triplicado entre as décadas de 1990 (US\$ 107 milhões por ano) e 2000 (US\$ 2,6 bilhões entre 2003-2006), a China ainda responde por menos de 1% do estoque de investimentos estrangeiros no continente africano (em 2006). Segundo a UNCTAD, os principais detentores de investimento estrangeiro na África, em termos de estoque, são o Reino Unido, os Estados Unidos e França, respectivamente com 16,6%, 9,2% e 7,7% do total de investimentos estrangeiros. Entre os países asiáticos, a China ultrapassa o Japão e a Coreia em investimentos no continente africano, contando com 800 empresas instaladas, 100 dessas, estatais, responsáveis pelos maiores investimentos,

principalmente na exploração de recursos naturais. As empresas privadas também estão presentes, voltadas aos setores de serviços e manufaturas, geralmente com investimentos menores. Os chineses também investem pesado em grandes projetos de infraestrutura com o objetivo de facilitar a atuação das próprias empresas chinesas, tanto as instaladas no continente, como as sediadas na China, mas que exportam pra África (ACIOLY; ALVES; LEÃO, 2009).

No que diz respeito aos setores de infraestrutura, indústria e agricultura, a China tem canalizados os maiores fluxos de investimento no continente africano, apoio institucional, concessão de empréstimos, etc. Na Nigéria, por exemplo, o secretário geral do Partido Comunista Chinês (PCC) firmou acordos para o desenvolvimento da indústria nacional de armas leves, para a construção de refinarias de petróleo, de usinas de energia e para a reabilitação do sistema ferroviário, totalizando um investimento no valor de US\$ 7 bilhões. Em Angola, os chineses também se envolveram em projetos de transporte ferroviário, rodoviário e de construção de cabos de fibra ótica (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2011).

Verifica-se, portanto, que os setores escolhidos para receberem investimentos chineses estão diretamente relacionados aos objetivos de garantir o acesso às matérias-primas e construir uma estrutura física para seu transporte. Decorre ainda, no caso dos investimentos em agricultura, do fato de o acelerado processo de industrialização e urbanização ter motivado uma importante redução da área cultivada na China, que tem caído 1,4% a.a. De acordo com o vice-ministro das relações exteriores da China, Li Zhaoxing, a China tem buscado fazer “da agricultura uma área fundamental da cooperação com a África” (MUEKALIA, 2004, p. 10).

Na Etiópia, a China destinou um investimento estimado em US\$ 224 milhões para a construção da represa do Rio Tekeze, a maior do continente africano, que além de produzir energia elétrica também irrigará áreas de cultivo de café. No Congo, os investimentos estão sendo canalizados para a indústria de extração de cobre e cobalto e para efetuar melhorias do sistema de transporte, que facilite a exportação. A Nigéria, que é o maior produtor na África Subsaariana e um importante fornecedor dos EUA, tem recebido ofertas por parte de grandes empresas chinesas, principalmente relacionadas a investimentos na área petrolífera. Em 2009, a CNOOC, uma das três grandes companhias chinesas no setor energético, propôs uma oferta ao governo nigeriano, desejando adquirir 6 bilhões de barris, o equivalente a um em cada seis barris das reservas comprovadas na Nigéria (RIBEIRO, 2007). Para Cordeiro de C. Júnior

(...) a visão chinesa de segurança energética pode ser caracterizada como estratégica, e isto significa, na prática, um forte controle do estado sobre as reservas de óleo. E, há uma preferência por consolidar uma relação política de longo prazo de modo a entrelaçar os interesses de empresas petrolíferas chinesas e de estatais de países

africanos ao invés de apoiar somente nas práticas do mercado spot ou futuro de petróleo (CORDEIRO DE C. JUNIOR, 2011, p. 3).

Para Ribeiro (2007), o interesse no petróleo também movimenta iniciativas de aproximação com o Sudão desde o final da década de 90. Desde que a China começou a atuar no país, o Sudão passou da condição de importador de petróleo para exportador, e toda uma infraestrutura foi desenvolvida para comportar as operações petrolíferas, como a construção de refinarias. Porém, aos olhos da comunidade internacional, conforme escreve Pires (2007), uma das maiores críticas voltadas à política chinesa de cooperação baseada no princípio de não interferência em assuntos internos, é justamente a de que os empréstimos do governo chinês a países como o Sudão, imerso no conflito de Darfur, são concedidos sem nenhuma condicionalidade, qual seja, forçar o governo de Cartão a negociar com a guerrilha cristã que atua na região. Além disso, a política de liberalidade na concessão de empréstimos por parte da China, é apontada por europeus e norte-americanos como oportunista para governos africanos corruptos e ditatoriais, contrariando as diretrizes das instituições tradicionais como o Banco Mundial e o FMI, os quais são rígidos com relação à transparência e à ‘boa governança’ no trato com o dinheiro público. A comunidade internacional, no ímpeto de conter o avanço chinês no continente africano, vai ainda mais longe: os chineses são acusados de negligenciar o ‘esforço internacional’ na promoção da democracia e da estabilidade, e na contenção de governos despóticos e corruptos.

De fato, a assistência financeira chinesa, em muitos casos, destina-se a apoiar empresas chinesas sediadas na África, envolvendo, via de regra, trabalhadores chineses; o que não constitui uma ajuda, segundo os critérios dos organismos internacionais. Assim, levando em consideração o princípio da não interferência, os vultosos financiamentos chineses não exigem, nem estimulam o progresso em questões relacionadas aos direitos humanos, à democracia ou à boa governança. Ainda assim, quando apresentados aos prazos estendidos para pagamento e às baixas taxas de juros, os empréstimos chineses se tornam atrativos para os países africanos (ROSINHA, 2009).

Pautasso (2010) destaca o relacionamento da China com Angola, em virtude do volume de negócios movimentado desde o estabelecimento das relações bilaterais entre os dois países, que se intensificaram em 2002, com a assinatura do documento diplomático intitulado “Comunicado Conjunto Sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas Entre a República Popular da China e a República Popular de Angola”. Em pouco mais de uma década (1996 – 2008), as transações comerciais sino-africanas registraram um crescimento

significativo, passando de US\$ 4 bilhões (1996) para US\$ 107 bilhões (2008), gerando um saldo positivo de US\$ 5 bilhões para a África somente em 2008. Ao considerar isoladamente as transações com Angola, o dinamismo é ainda mais expressivo: em um período de 5 anos (2003-2008), o comércio cresceu 58 vezes, passando de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 25,4 bilhões, gerando um saldo positivo de US\$ 22,9 bilhões para Angola só em 2008. Em pouco tempo, Angola tornou-se o maior fornecedor de petróleo para a China e o seu maior parceiro comercial no continente africano. (Tabela 3)

A China utiliza suas reservas e elevada capacidade econômico-financeira como instrumento de universalização de sua política externa; um exemplo disso é a ampliação do relacionamento diplomático e comercial com Angola através da viabilização de investimentos direcionados principalmente a obras de infraestrutura, reconstrução e desenvolvimento do país. Nesse sentido, destacam-se o setor de transportes (recuperação de ferrovias, rodovias, construção de aeroportos), energia (expansão da rede elétrica), comunicação (infraestrutura e prestação de serviços de telefonia móvel) e aparelhamento urbano, como a melhoria dos serviços de abastecimento de água nas cidades. Existem ainda centenas de projetos em setores como saúde, educação, energia, águas, pesca, correios e telecomunicações, obras públicas e agricultura, financiados através do Eximbank, banco chinês criado em 1994, principal financiador de projetos na África.

Os investimentos chineses oriundos do Eximbank integram o Programa de Investimento Público do Ministério das Finanças de Angola. Os projetos são apresentados pelo governo angolano e encaminhados através do Grupo de Trabalho Conjunto, formado pelo Ministério das Finanças de Angola e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China (MOFCOM). Um Gabinete de Apoio Técnico de Gestão da Linha de Crédito da China acompanha a execução de projetos financiados. Somente após a conclusão da obra, o Eximbank realiza o pagamento às empresas contratadas (geralmente, as empreiteiras chinesas) pelo débito da importação de petróleo angolano (com taxas de juros baixas e prazos alongados de pagamento sem mobilização de moeda forte – dólar) (PAUTASSO, 2010, p. 114).

Tabela 3: Exportações de petróleo de Angola para a China (2002-2007)

	2002	2004	2005	2006 (Jan/Set)	2007 (Jan/Set)
% do total do petróleo importado da África pela China	20%	33%	45%	70%	60%
% do total do petróleo importado pela China		20%		16,60%	14,10%

Fonte: ROSINHA, 2009, p.59

Mas, para Angola, a China é um parceiro a mais. Sendo o 3º maior produtor de petróleo da África (atrás de Nigéria e Líbia em 2007) e membro da OPEP desde janeiro de 2007, com expressiva população e demanda em expansão, Angola tem sido um exemplo para outras nações africanas, isso porque mantém relações comerciais vantajosas com a China, obtém cooperação técnica em várias áreas (saúde, agricultura, educação), reconhecimento diplomático (expresso nas visitas oficiais), e ainda demonstra a preservação de sua autonomia. Segundo Pautasso (2010), Angola evita uma vinculação unilateral com a China e aproveita-se de seu relacionamento comercial-diplomático para fugir das imposições das grandes potências (EUA e antigas metrópoles) e dos organismos internacionais (como FMI) que frequentemente violam a soberania dos países periféricos.

Os programas ocidentais de ajuda financeira e ajustamento estrutural destinados à África, concedidos pelas Instituições de Bretton Woods, como o FMI e o Banco Mundial, são frequentemente inadequados à situação dos países emergentes, de acordo com Rosinha (2009). Com vistas a garantir o pagamento da dívida, os empréstimos e financiamentos chegam acompanhados de pesadas exigências que afetam a liberalização da economia e provocam forte contenção da demanda interna (aumentos das taxas de juros, congelamentos de salários, aumentos de impostos, diminuição das importações). No caso dos países africanos, que já contam com uma estrutura econômica frágil, tais imposições acabam resultando em recessão e aumento da pobreza.

Desde a sua independência, em 1975, as políticas do Estado angolano se sustentam nas receitas da principal atividade econômica – o petróleo – sendo que é evidente a necessidade de se buscar a diversificação de setores da economia para que essa dependência não seja traduzida numa limitação no futuro. Para Morais (2011), a presença chinesa na África de modo geral, é marcada pelos empréstimos isentos de condicionantes políticos, obedecem ao princípio da “não interferência” nos assuntos internos e têm baixas taxas de juro. Para Angola, esses recursos representam a oportunidade de uma recuperação rápida da infraestrutura, que é uma condição necessária para a implementação e desenvolvimento de outras atividades e setores, que vão viabilizar o crescimento do país.

Embora Angola seja o lado mais frágil da relação bilateral, é importante destacar que o país africano possui certa autonomia decisória para sustentar o interesse nacional. Ou seja, Angola tem barganhado sua inserção internacional e obtido as concessões necessárias à reconstrução e ao desenvolvimento nacionais. Além das exigências do governo de Angola, no que diz respeito à contratação de trabalhadores angolanos para as obras realizadas por empreiteiras chinesas e à montagem de produtos importados da China (como ônibus) no próprio país, o governo de Angola tem estimulado a criação de *joint ventures* com empresas chinesas, de modo a se apropriar de técnicas produtivas e de gestão. Mais do que isto, o governo tem

buscado ainda a melhora da situação do comércio exterior e da gestão do setor petrolífero, cruciais para a economia angolana e para a autonomia internacional do país (PAUTASSO, 2010, p. 119).

Mesmo tendo que resolver problemas remanescentes do período colonial e da guerra civil, Angola tem aproveitado a oportunidade de ingresso do investimento chinês para redefinir sua inserção internacional e se posicionar como uma liderança regional da África Subsaariana, obtendo importantes êxitos no processo de desenvolvimento nacional com a reorganização da economia, redução da inflação e do déficit orçamentário, elevação do PIB per capita e redução da relação dívida/PIB (PAUTASSO, 2010). Ainda que a grande parte dos recursos chineses esteja concentrada em obras de infraestrutura diretamente relacionadas à exportação de petróleo e outras matérias-primas para a China, existem, em todo o continente africano, muitos investimentos em escolas, hospitais e redes elétricas que, não só dão suporte à presença de cidadãos chineses, mas também beneficiam a população em geral (OURIQUES; LUI, 2012).

Contudo, como todo relacionamento tem seus altos e baixos, a parceria da China com a África ao mesmo tempo em que representa oportunidades significativas para os países africanos, também carrega consigo riscos potenciais. Segundo afirma Rosinha (2009), não existem ainda organismos oficiais suficientemente preparados para fiscalizar a execução de obras e empreitadas, nem uma legislação adequada para gerir o volume de recursos naturais exportados. Além disso, a dificuldade de lidar com a ‘enxurrada’ de capitais pode estimular a corrupção, levar à falta de transparência no trato dos negócios e à concentração de vantagens nas mãos de elites e grupos de poder. E, pela experiência histórica, conforme apontam Ouriques e Lui (2012), é preciso reconhecer que o *boom das commodities* não é suficiente para o fomento do progresso econômico de longo prazo das economias periféricas se não vier acompanhado de uma sólida mudança nas estruturas produtivas para setores e indústrias de maior valor agregado.

Diante desses riscos e das críticas da comunidade internacional a respeito da presença da China na África, é preciso questionar se a atuação chinesa no continente africano pode ser considerada predatória, como uma nova forma de imperialismo, ou não.

Para Ribeiro (2010), a China vive uma fase de expansão aumentando cada vez mais a sua presença no continente africano em busca de matérias-primas e energia, mas é precipitado definir esse movimento como imperialista. A aproximação chinesa na África é movida por

claros interesses econômicos, mas o conceito de Imperialismo³, quando pensado em toda a sua abrangência, engloba a expansão de capitais e a exploração de recursos naturais aliado à histórica ofensiva militar e agressiva por parte das potências dominantes, de forma que a dimensão do conceito de Imperialismo, quando confrontada com diferentes análises em relação à postura chinesa adotada nos países africanos, seja muito ampla para poder ser aplicada.

Ademais, os líderes chineses estão conscientes de que para se atingir o objetivo de conformação de uma sociedade próspera e moderna, a partir do modelo de crescimento e desenvolvimento escolhido, teriam que buscar essa diferenciação da sua trajetória em relação à de outros países que, em momentos de expansão econômica e territorial, provocaram conflitos políticos, e militares, como Alemanha e Japão. Em conformidade com Cunha (2008), a China busca refúgio no conceito da ‘ascensão pacífica’, para amenizar as tensões produzidas nos campos geopolítico e geoeconômico, principalmente.

O conceito de ‘ascensão pacífica’ foi publicamente veiculado e reconhecido mundialmente quando apresentado pela primeira vez no Fórum Mundial de Bao para a Ásia. Seguindo esse princípio, a China centraliza seus esforços no fortalecimento de relações comerciais com países parceiros, sempre atuando de forma pacífica, diplomática e favorável, e evitando a abordagem agressiva e a expansão militar, como ocorreu com outras potências em momentos históricos anteriores (RIBEIRO, 2010). Mas, mesmo sem se falar em disputa militar, a concorrência pelo acesso a recursos escassos cria uma rivalidade estratégica no jogo protecionista, em que as maiores potências disputam mercado, tecnologias, recursos energéticos, naturais e minerais.

Nesse cenário, a ascensão da China pode ser vista como uma ameaça. De fato, a grande demanda da China por recursos energéticos e bens primários causa um forte impacto na economia mundial, o que estimula um comportamento mais competitivo da parte dos Estados Unidos, atual potência ‘ameaçada’, e conseqüentemente pode ocasionar tensões cada vez mais evidentes no cenário internacional. A disputa pelos recursos energéticos, não só na África, mas também na região do Oriente Médio, maior produtora de petróleo no mundo, faz

³ Segundo Garcia (2010), durante os anos 70, um dos poucos autores não-marxistas a trabalhar o tema do imperialismo foi Cohen. Este autor aponta que o termo ficou relegado a “panfletos políticos”, sendo necessário um método apropriado para redefini-lo, dando-lhe um significado “bem definido, eticamente neutro e objetivo” para que seja útil à análise da Economia Política Internacional (COHEN 1976, p. 15, apud GARCIA, 2010, p.3). Desde este ponto de partida, o autor define imperialismo como “tipo de relações internacionais caracterizadas por uma assimetria particular – a assimetria de dominação e dependência. (...) O imperialismo refere-se àquelas relações particulares entre nações inerentemente desiguais que envolvem subjugação efetiva, o exercício real da influência sobre o comportamento” (COHEN, 1976, p. 20, apud GARCIA, 2010, p.3).

despertar a concorrência entre os candidatos ao controle dos recursos energéticos, que pode significar o controle da economia global.

Há, aqui, um diálogo nem sempre explícito com a literatura ocidental de história e política internacional, cujas análises procuram modelar o processo de “ascensão e queda” das grandes potências. Neste tipo de abordagem constata-se a confluência de elementos de acumulação de poder – *hard e soft* (militar, político, científico, cultural e econômico) – no estabelecimento de hegemonias globais ou regionais. A ascensão de uma nova potência estaria quase sempre associada ao declínio de outra, de modo que, recorrentemente, a guerra acabou sendo o desaguadouro das tensões provocadas pelo choque entre ascendentes e decadentes. Os chineses não querem ser percebidos como uma ameaça global, a despeito do fato de não esconderem sua estratégia política de longo prazo, que é a de colocar a civilização chinesa em uma posição de centralidade, mas não necessariamente de hegemonia, na ordem internacional. Tratar-se-ia, na verdade, de um reposicionamento histórico, de uma recuperação do espaço perdido para as nações ocidentais a partir da Revolução Industrial (CUNHA, 2008, p. 7).

Cunha (2008) afirma que com a maior interdependência no ambiente internacional, criada pelo aprofundamento da globalização, a China entende que o país vive um momento favorável ao seu desenvolvimento, podendo estender, inclusive, oportunidades de crescimento para outras nações através da cooperação e do relacionamento estratégico e diplomático. A política externa chinesa não tem medido esforços para garantir o suprimento de insumos estratégicos, o que tem causado preocupação acerca do aprofundamento de problemas de sustentabilidade ambiental, alta no preço de *commodities* e de baixa sobre salários em países industrializados. Esses fatores alimentam as críticas em torno da atuação do governo chinês, não obstante, a demanda por insumos e fontes de energia leva a China a se aproximar de países como Irã, Venezuela e Sudão, que fazem parte da área de influência dos EUA (ou que estão em confronto eles), o que intensifica as tensões políticas com aquele país.

Um dos maiores exemplos recentes dessa nova realidade geopolítica e da tensão gerada a partir da ‘fome’ chinesa por recursos energéticos foi o lance proposto pela *China National Off shore Oil Company* (CNOOC) no caso da venda da empresa petrolífera norte-americana Unocal. Como ressaltou Arrighi (2008, apud RIBEIRO, 2010), embora a Unocal já tivesse concordado com a compra pela Chevron, como acabou ocorrendo, em 30 de Junho, o Congresso aprovou uma resolução, por 398 votos a 15, que afirmava que permitir a CNOOC comprar a Unocal poderia ‘por em risco a segurança nacional dos Estados Unidos’ (ARRIGHI, 2008, p.287 apud RIBEIRO, 2010, p. 32).

Em uma análise sintética, Leão, Pinto e Acioly (2011) concluem que as estratégias de comércio e investimento, tanto da China como dos Estados Unidos, trouxeram a África para o centro das políticas globais de petróleo e segurança. Agora, é preciso verificar qual o

significado dessa maior concorrência geoeconômica entre o Ocidente e o Oriente no continente africano, e entender se existe uma nova disputa pela África que alimenta um conflito direto ou se existe a possibilidade de formulação de novos paradigmas em termos políticos.

Uma vez que todo o ordenamento do sistema internacional está em plena reformulação, os países emergentes como Brasil e Índia e, especialmente a China e a África, posicionados no centro do processo de transição sistêmica, representam um papel importante na nova configuração do cenário geoeconômico mundial. De acordo com Pautasso (2010), essa transição fundamentada na teoria de Arrighi consiste na perda das vantagens competitivas da nação hegemônica (EUA), na potencialização das disputas interestatais (principalmente por recursos naturais e novos mercados) e no aparecimento de novas estruturas de poder (como a ascensão de países emergentes), conferindo um novo arranjo de forças políticas e econômicas atuantes nas relações internacionais.

O sistema capitalista mundial sob a liderança de um estado hegemônico caracterizou o capitalismo histórico por pelo menos quatros séculos da sua história como sistema predominante mundial. Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) ocorrem porque tanto as hegemonias – ou a ordem do sistema internacional – quanto as formas ou o modo de acumulação de capital não são eternas. Elas se esgotam e devem surgir outras. No Moderno Sistema Mundial produtivo, conforme apontado por Souza (2012), Arrighi estabelece sequências hegemônicas e ciclos sistêmicos de ascensão e queda de potências. Em um ciclo, a produção industrial é o motor do sistema e os países líderes do sistema são países que lideram a produção industrial no mundo. A produção leva ao comércio e o comércio leva à expansão financeira – que ele chama de financeirização – a liquidez abundante a qual a potência hegemônica ‘do momento’ tem acesso privilegiado nos mercados financeiros mundiais. A financeirização é o ponto de “não-retorno”, de onde o declínio parece ser inevitável. Os Estados Unidos, apesar da financeirização dos últimos 30 anos, ainda aparecem como principal potência industrial do mundo, liderando nos setores de inovação tecnológica civil e militar. A eclosão da Segunda Guerra Mundial, que resultou na vasta destruição física e a enorme perda humana, teve como efeito o enfraquecimento econômico, militar e político das potências europeias, o que foi fundamental para a consolidação do poder americano. Não estava teoricamente determinado que a ascensão econômica americana levaria necessariamente a uma situação de hegemonia. O mesmo pode ser aplicado à atual ascensão econômica chinesa.

O Leste Asiático foi a região mais afetada pelas consequências da Guerra Fria e hoje, apesar de enfrentar conflitos territoriais e movimentos separatistas, sua forte dinâmica produtiva e comercial a torna a mais complexa do sistema internacional, a mais importante no processo de reordenamento mundial e a que representa o maior desafio à posição dos EUA. O dinamismo chinês tem permitido ao país afastar o Japão e os EUA da posição de liderança na Ásia e recriar um sistema regional integrado e sinocêntrico, que poderá assumir a condição de principal polo do sistema internacional.

Se no final da década de 80 o país encontrava-se fragilizado frente aos EUA, hoje o unilateralismo produziu rupturas e tem acelerado a transição do ciclo sistêmico de hegemonia. Assim, a China toma para si a responsabilidade de contribuir para a formulação de alternativas ao ciclo de domínio anglo-saxão, pois a nova ordem econômica mundial depende significativamente da transição pela qual a China está passando e pela sua capacidade de liderar a reformulação do sistema regional impulsionado pelo seu próprio desenvolvimento (PAUTASSO, 2011).

5 CONCLUSÃO

A África passou pela segunda metade do século XX enfrentando todo o tipo de problemas conjunturais e estruturais, como as lutas pela independência (década da descolonização – 1960), os conflitos internos (década das revoluções – 1970), os planos e ajustes econômicos (‘década perdida’ – 1980) e a total marginalização do continente nos assuntos internacionais (década de 1990). Entretanto, passados alguns anos, os dados oficiais de órgãos econômicos mundiais, como o FMI, demonstram que o continente passou por um período de maior crescimento econômico, estabilidade e inserção internacional, e isso deve ser atribuído, em grande parte, ao aprofundamento de suas relações comerciais e diplomáticas com o gigante chinês, que contribuiu com a oferta de crédito acessível, apoio à construção estatal, cooperação técnica e aceitação de déficits comerciais.

Todavia, para que os benefícios gerados pela parceria atual com a China sejam permanentes e duradouros, é preciso que os investimentos chineses considerem a criação de mecanismos de integração regional, a estabilização das economias e a outras ações modernizadoras de longo prazo que garantam o desenvolvimento, a geração de emprego e renda e o fortalecimento das instituições internas. Os recursos aplicados na construção de infraestrutura e obras em larga escala, de nível altamente técnico, na maioria das vezes não vêm acompanhados da formação de mão de obra africana, o que pode ameaçar todo o conjunto de benefícios, dando lugar a ‘elefantes brancos’ de difícil gestão e, conseqüentemente, improdutivos.

Mesmo que a presença chinesa na África não seja ‘humanitária’, e que os objetivos da China estejam relacionados aos seus próprios interesses de abastecimento, a África não vê a presença da China no continente como imperialista ou como ‘um novo colonialismo’, por existir uma relação bilateral de benefício mútuo, apesar da assimetria que envolve a potência em ascensão e o continente mais pobre do mundo. O padrão de relacionamento não repete o colonialismo do século passado ou as exigências das potências ocidentais para concessão de apoio financeiro.

Porém, a África deve saber aproveitar as oportunidades apresentadas e estabelecer limites à exploração para que esta não comprometa o abastecimento do mercado interno e sustento do povo africano; deve ainda manter e incentivar o aperfeiçoamento da educação, da inovação tecnológica e da saúde através da cooperação técnica promovida pelo governo chinês; fiscalizar a qualidade das obras de infraestrutura construídas com materiais e mão de

obra chinesas; e saber usar os recursos que estão fluindo com diligência, mesmo que ninguém esteja impondo modelos político-institucionais ou ajustes macroeconômicos.

Apesar da boa intenção declarada do governo chinês em sua abordagem à África, a aplicação dos princípios de não interferência na soberania e nos assuntos internos dos países com os quais mantém relações, concede à China um distanciamento conveniente dos graves problemas que poderia estar ajudando a resolver. Essa é uma crítica difícil de rebater. Embora as nações ocidentais não tenham nenhum legado de que possam se orgulhar em relação à África, os debates e discussões, as sanções aplicadas em casos extremos, as condenações às atrocidades, as tentativas de contenção de despotismo e corrupção; mesmo que estejam restritas ao âmbito dos fóruns e da política, ainda assim, constituem algo que vão além da inércia da não interferência.

As perspectivas para a África podem ser positivas no sentido da sua integração aos fluxos internacionais de comércio e investimento numa projeção mais de longo prazo, caso consiga reforçar as estruturas que garantam uma maior autonomia política, maior diversificação dos setores da economia e menor dependência econômica da parceria com a China. Assim, os países africanos poderão redesenhar suas relações econômicas e redefinir os parâmetros de sua inserção geoestratégica.

Dessa forma, sobre a análise da estratégia chinesa de cooperação com a África, parece oportuno que se desenvolvam estudos futuros que busquem aprofundar os pontos abordados neste trabalho, como os investimentos chineses por todo o continente em troca dessa parceria estratégica, tanto comercial, quanto diplomática. Faz-se necessário ponderar a respeito de questões ainda em aberto. Estaria a África sob o risco de ficar 'refém' da China? E como ficaria o continente africano se a conjuntura interna da China mudasse inesperadamente?

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Luciana; ALVES, Maria Abadia S.; LEÃO, Rodrigo Pimentel F. **A internacionalização das empresas chinesas: note técnica**. Brasília: IPEA, 2009.
- ALVES, André Gustavo Miranda Pineli. Os interesses econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional**. São Paulo, n.1, p.25-31, 2010.
- ANTUNES, Luciene. **A terra prometida dos chineses**. Portal Exame, 2008. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0923/mundo/m0164633.html>>. Acesso em: 21 maio 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Contraponto, 1996.
- BOAHEN, Albert Adu. **Topics in West African History**. Londres: Longman, 1966.
- _____. **História geral da África**. Vol. VII. Brasília: Unesco, 2010.
- BP. **Statistic Review of World Energy in 2005**. Disponível em: <<http://www.bp.com/statisticalreview>>. Acesso em: 04 mar. 2013
- CORDEIRO DE C. JÚNIOR, Mario. A presença da China na África e as ameaças ao Brasil. **Informativo de Comércio Exterior AEB**, Rio de Janeiro, ano 9, n.108, mar. 2011. Disponível em : <http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20108_.pdf>. Acesso em: 28 out. 2012.
- COSTA, Fernando Nogueira da. **Ascensão e queda das grandes potências**. Cidadania e Cultura, 2010. Disponível em: <<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2010/03/20/ascensao-e-queda-das-grandes-potencias/>>. Acesso em: 05 jul. 2010.
- CUNHA, André Moreira. A ascensão da China à condição de potência econômica: há algo de novo no modelo asiático? In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política**. João Pessoa, maio/2008.
- FIORI, José Luís. **Provavelmente, Deus não é Africano**. Le Monde Diplomatique Brasil, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2583&tipo=acervo>>. Acesso em: 30 set. 2012
- FURTADO, Marco Antonio Tourinho. **Economia chinesa para principiantes**. 2012. Disponível em: <<http://www.em.ufop.br/chinabrasil/EconomiaChinesaParaPrincipiantes.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.
- GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a II Guerra Mundial. **Trabalho necessário**, ano 8, n.10, p.1-20, 2010.

GEOGRAFIA HOJE. **Mapa político da África**. 2009. 1 mapa, color. Escala indeterminável. Disponível em : < <http://geografianovest.blogspot.com.br/2009/08/africa-subsaariana-ultima-fronteira-do.html>>. Acesso em 20 jan. 2013.

GUIA GEOGRÁFICO. **Mapa político da China**. [20-] 1 mapa, color. Escala 1: 500 000 000. Disponível em : <<http://www.guiageo-china.com/mapas/mapa-politico.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

HOSE MANUFACTURERS . **Mapa geográfico da África**. 2012. 1 mapa, color. Escala 1: 1000 000 000. Disponível em: < http://www.hoses.co.za/wp-content/uploads/2012/11/Africa_map_regions.svg_.png>. Acesso em: 20 jan. 2013.

HUGON, Philippe. **Geopolítica da África**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009

KI-ZERBO, J. (org). **História geral da África**. 2.Ed. Brasília: UNESCO, v.1, 2010.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (org). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

MAZRUI, Ali Al'amin; WONDJI, Christophe (org). **História geral da África**. Brasília: Unesco, v. 8, 2010.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**. vol. 26 n.º 3, p.381-400, São Paulo, julho/setembro 2006.

MORAIS, Hugo André Pires Miranda. **Envolvimento multifacetado da China em Angola**. 2011. 78 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

MUEKALIA, Domingos Jardo. Africa and China's strategic partnership. **African Security Review**, v. 13, n. 1, p. 5-12, 2004. Disponível em: <<http://www.issafrica.org/pubs/ASR/13No1/F1.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2012.

NAIDIN, Leane Cornet; BRANDÃO, Fernanda; VIANA, Manuela Trindade. **O processo de adesão da China e da Rússia à OMC e as implicações para a agenda dos BRICS**. Brics Policy Center, fev. 2012. Disponível em : < <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/2743/doc/1132094750.pdf> >. Acesso em: 24 nov. 2012.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**. vol. 30, nº 2 , p. 201-218, abr./jun. 2010.

OCDE (org). **Perspectivas Económicas em África 2011** : África e os Seus Parceiros Emergentes. OCDE Publishing, 2011.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A política africana da China. In: **Anais da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional** : o Brasil no mundo que vem aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

OLIVEIRA, Carlos Alonso. Reformas Econômicas na China. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**, nº 5, p. 3-8, abr./jun. 2005.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. **Revista de Economia**, Curitiba, v.34, n.3, ano 32, p.61-88, set./dez. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução n. 1.514, de 14 de dezembro de 1960. Disponível em: < <http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml>> Acesso em: 03 out. 2012.

OURIQUES, Helton Ricardo; LUI, Aline. China e África: Uma parceria estratégica. **Boletim Meridiano 47**, vol.13, v. 134, p. 19-27, nov./dez. 2012.

PAUTASSO, Diego. **A China na transição do sistema mundial**: suas relações com EUA e Índia. 2006. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. A economia política internacional da China para Angola e os caminhos da transação sistêmica. **Século XXI**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan./dez. 2010.

_____. China, Rússia e a integração Asiática: O sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica. **Revista Conjuntura Austral**, v. 1, p.1-16, 2011.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China – a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, n. 48, p.70-85, 2005.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. A Construção da África: uma reflexão sobre origem e identidade no continente. **Revista Acoalfa plp**: Acolhendo a Alfabetização nos Países de língua portuguesa, São Paulo, ano 2, n. 3, p.212-234, 2007. Disponível em: < <http://www.acoalfapl.net/0003acoalfapl/a002n0003n0501cultgepalops01.html>>. Acesso em: 29 set. 2012.

PIRES, Marcos Cordeiro. As relações entre os países africanos e a República Popular da China: novo colonialismo ou uma janela de oportunidade para a saída do atraso? In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0887.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **União africana: possibilidades e desafios**. Rio de Janeiro: Palácio Itamaraty, 2007.

RIBEIRO, Valéria Lopes. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v 9, n.2, p13-35, 2010.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, Wagner Watson. O sistema mundial moderno e três perspectivas comparadas sobre sua evolução: as análises de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e José Luis Fiori. **Revista Jurídica**, v.1, n. 28, p.164-175, 2012.

SUKUP, Viktor. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. **Revista Brasileira de Política Internacional**, São Paulo, n. 45, p. 82-113, 2002.

SULEIMAN, Amanda Battaglini. **O salto econômico da China**: crescimento e mudança. 2008. 51f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **Impensar a ciência social**: os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

_____. **África and the Modern World**. Trenton: Africa World Press, 1986.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas bases para o ensino da história da África no Brasil**: considerações preliminares. 2005. Disponível em: <
http://www.forumafrika.com.br/NOVAS%20BASES%20PARA%20O%20ENSINO%20_DE%20FINITIVO%20para%20MEC_11%20abril_1_.pdf> Acesso em: 20 jan. 2013.